



**CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS**  
**14 e 15/06/2021**

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Projeto “Lazer com Responsabilidade” chega a Mossoró neste fim de semana – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 11/06/2021
3. Bares e restaurantes endividados buscam medidas restritivas menos rígidas para o setor – VOE NEWS – Distrito Federal – 14/06/2021
4. Serviços: CNC aumenta projeção de crescimento – FENACOR – São Paulo – 14/06/2021
5. Com novo aumento, preço do gás de cozinha supera R 100 – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 15/06/2021
6. Galeria Sesc inicia temporada de exposições virtuais – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 15/06/2021
7. Plano Diretor: delegados seguem votando as propostas até amanhã – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 15/06/2021
8. Bares e restaurantes do RN devem judicializar perdas na pandemia – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 15/06/2021
9. E-mails mostram agilidade do governo por cloroquina - ESTADÃO - 15/06/2021
10. (entrevista Marcos Mendes, pesquisador do Insper) "Preço do apoio político subiu", diz economista - ESTADÃO - 15/06/2021
11. Saúde bucal ajuda a prevenir o covid-19, alerta periodontista - ESTADÃO - 15/06/2021
12. Governo planeja benefício mensal de até R\$ 250 para órfãos da covid-19 - ESTADÃO - 15/06/2021
13. Novo Bolsa Família prevê pagamento médio de R\$ 250 - ESTADÃO - 15/06/2021

14. Desigualdade é recorde no 1º trimestre - ESTADÃO - 15/06/2021
15. Com XP e BTG à frente, plataformas devem tirar mercado de grandes bancos - ESTADÃO - 15/06/2021
16. Oposição quer se diferenciar de motociata e aumenta convocação para protestos - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
17. Telegram apresenta risco de enxurrada de fake news em 2022 - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
18. Remoção de seguidores dá gás a decreto sobre controle das redes - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
19. Incentivo para consumo de luz fora do horário de pico pode começar em julho - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
20. Renda média no país cai abaixo de R\$ 1.000 pela 1ª vez em 10 anos - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
21. Classe média é a que mais sente o peso da inflação em 2021, afirma Ipea - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
22. Auxílio terá mais três parcelas, diz Guedes - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
23. Estudo confirma eficácia de 90,4% de imunizante da Novavax - FOLHA DE SÃO PAULO - 15/06/2021
24. GRÁFICOS

## RELATÓRIO

Com o impacto da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho, a desigualdade alcançou nível recorde no país. Ou seja, a diferença que separa os ganhos de ricos e de pobres ficou ainda maior durante a crise sanitária. A renda média no país caiu abaixo de R\$ 1.000,00 pela primeira vez em 10 anos. Os dados integram a pesquisa "Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia", divulgada nesta segunda-feira (14/06) pelo centro de estudos da Fundação Getúlio Vargas - FGV Social e publicada nos jornais desta terça-feira (15/06).

A classe média também tem sofrido ao longo deste ano. As famílias sentiram o maior impacto da alta de preços de produtos e serviços no país. De janeiro a maio, a inflação subiu 3,46% para esse grupo, cuja renda domiciliar é calculada entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83 por mês. O avanço é maior entre as seis faixas de rendimento analisadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo, com dados até maio, foi divulgado nesta segunda-feira (14/06).

Em Brasília, o Governo planeja um benefício mensal de até R\$ 250 para órfãos da covid-19. Simulações do Ministério da Cidadania mostram gasto de R\$ 196,2 em 2022 para atender 68 mil crianças e adolescentes de 35 famílias cujo responsável tenha falecido durante a pandemia; pagamento só deve valer para quem é inscrito no Bolsa Família.

E por falar em Bolsa Família, o novo programa prevê um pagamento médio de R\$ 250. A reformulação do Bolsa Família, que recebeu o nome provisório de Renda Cidadã, deve ter um custo total de R\$ 5151 bilhões para 2022, segundo dados do Ministério da Cidadania. O governo que engatilhar o Bolsa Família reforçado depois da nova prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses.

E com a selic em um dígito incentivando o aumento da diversificação das aplicações no País, as plataformas de investimento, que funcionam como um "marketplace" de fundos e outras opções alternativas à renda fixa, disputam uma corrida para garantir um lugar ao sol em um mercado que promete dobrar de tamanho em poucos anos. A projeção, considerada conservadora, é de que esse mercado poderá superar R\$ 160 bilhões em receitas até 2025.

Com um mercado em expansão, o palco engloba uma disputa aberta entre XP e BTG Pactual por escritórios de agentes autônomos. Embora as duas gigantes sejam nomes de maior força, a projeção é que o Nubank, que adquiriu a corretora Easynvest, ganhará força mirando investidores mais jovens. Com isso, a fatia dos bancos deve cair nos próximos anos.

Mas, os bancos tradicionais não estão mortos e não assistem parados aos ganhos de poder das corretoras e dos bancos digitais. O Credit Suisse, por exemplo, investiu na plataforma Modalmais, que acabou de abrir seu capital. O Santander anunciou a compra do controle da Toro Investimentos e o Bradesco repaginou a Ágora, para reforçar sua plataforma 100% focada em pessoas físicas. O Itaú, por sua vez, também tem se mexido para reforçar sua plataforma, diversificando a prateleira de produtos.

**Projeto “Lazer com Responsabilidade” chega a Mossoró neste fim de semana – AGORA RN– Rio Grande do Norte – 11/06/2021**

Link	<a href="https://agorarn.com.br/ultimas/projeto-lazer-com-responsabilidade-chega-a-mossoro-neste-fim-de-semana/">https://agorarn.com.br/ultimas/projeto-lazer-com-responsabilidade-chega-a-mossoro-neste-fim-de-semana/</a>
------	---

## **Projeto “Lazer com Responsabilidade” chega a Mossoró neste fim de semana**

Projeto visa conscientizar consumidores, empreendedores e funcionários de bares e restaurantes nos cuidados biossanitários nesses estabelecimentos. A ação será realizada nas sextas-feiras, sábados e domingos nos principais polos de lazer e entretenimento de Mossoró

Mossoró irá receber neste final de semana as ações do projeto “Lazer com Responsabilidade”, realizado pela Fecomércio, em parceria com o Sebrae RN e que conta com o apoio de várias entidades do turismo. O projeto visa conscientizar consumidores, empreendedores e funcionários de bares e restaurantes nos cuidados biossanitários nesses estabelecimentos. A ação será realizada nas sextas-feiras, sábados e domingos nos principais polos de lazer e entretenimento de Mossoró.

Equipes treinadas pelo Sebrae RN irão distribuir álcool 70%, máscaras e folheteria, com detalhes sobre as regras determinadas pelos decretos estadual e municipal. Além disso, será fixado um adesivo que comprova que o bar ou restaurante foi inserido na rota de conscientização e aprova o projeto.

“Em Natal, o Lazer com Responsabilidade aconteceu nas quatro zonas administrativas da capital, onde a equipe dos técnicos visitou cerca de 100 estabelecimentos, com mais de 5 mil pessoas impactadas. E o retorno que tivemos dos empresários foi animador, todos que visitamos aprovaram a ação e destacaram que com essa conscientização, os estabelecimentos podem funcionar com todos os seus serviços e produtos, claro, obedecendo os protocolos”, comentou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

A ação em Mossoró conta com a parceria do Sindilojas local. O presidente da entidade, Michelson Frota, comentou que o projeto ajuda na abertura gradual da economia e também a dar segurança ao empresário e ao consumidor de ir aos bares e restaurantes.

“Os bares e restaurantes que receberem o Lazer com Responsabilidade, estarão atestados que cumprem os protocolos e funcionam com segurança, passando isso para o seu cliente”, disse.

O Lazer com Responsabilidade conta com o apoio da Abrasel RN, SHRBS RN, ABIH RN, Natal Convention Bureau, Mossoró Convention Bureau, Sindetur RN, Abav RN, Abrajat, Ashtep e Abrasel Pipa.

As ações terão início nesta sexta, 11, pelos estabelecimentos da Praça de Convivência, às 19h30. Em seguida, seguem para a Avenida João da Escóssia.

Link	<a href="https://voenews.com.br/2021/06/14/bares-e-restaurantes-endividados-buscam-medidas-restritivas-menos-rigid-as-para-o-setor/">https://voenews.com.br/2021/06/14/bares-e-restaurantes-endividados-buscam-medidas-restritivas-menos-rigid-as-para-o-setor/</a>
------	---

## Bares e restaurantes endividados buscam medidas restritivas menos rígidas para o setor

Brasília, 14 de junho de 2021 – No mês passado, a Associação Nacional de Restaurantes (ANR), em parceria com a consultoria Galunion e com o Instituto Foodservice Brasil (IFB), informou que 71% dos bares e restaurantes brasileiros enfrentam endividamentos por conta da pandemia ocasionada pela Covid-19. A situação para o setor de Alimentação Fora do Lar é crítica.

Apesar dos suportes oferecidos pelo governo, o trade ainda enfrenta uma forte crise econômica desencadeada, principalmente, pela baixa movimentação nos empreendimentos. As restrições de funcionamento, impostas pela maioria dos estados do país, também contribuem para a fragilidade do segmento. Para a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), o problema em relação ao setor vai além da ausência de clientela.

“Estamos vivenciando uma segunda onda com novas medidas restritivas. Muitas cidades permitem que bares, restaurantes e similares operem até determinada hora. Depois disso, é necessário encerrar o expediente físico para ofertar apenas no formato do delivery”, explica Alexandre Sampaio, presidente da FBHA.

Ele ainda destaca que, ainda assim, os empreendimentos sofrem com essas decisões, visto que as entregas também devem ocorrer em horários definidos. Para Sampaio, não tem lógica promover esse tipo de limitação, sendo que a alimentação é vital para a população.

A federação também informa que o problema na restrição do funcionamento destes estabelecimentos traz prejuízos em relação aos produtos que estão sendo disponibilizados aos clientes.

“É preciso levar em consideração que bares, restaurantes e similares trabalham com alimentos e bebidas. Há prazo de validade para cada produto. Quando uma região delimita o horário ou, até mesmo, promove um lockdown, a perda para o empresário vai além dos clientes que não foram ao seu empreendimento”, diz.

Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicam que as atividades turísticas já somam um prejuízo de R\$ 341,1 bilhões. O levantamento também inclui os meios de alimentação espalhados pelo país.

“Atualmente, temos mais de 16 mil bares e restaurantes inseridos no Cadastur. Ainda há outros, por fora, que também vivem a mesma realidade. Infelizmente, os empreendimentos que ainda estão em funcionamento vivem uma crise sem fim, onde o dia de amanhã é incerto. A flexibilização das restrições é necessária para tentar minimizar o déficit que temos. Temos urgência nessas mudanças”, comenta Sampaio.

**Sobre a FBHA** – A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) é uma entidade sindical patronal constituída com a finalidade de coordenação, defesa administrativa, judicial e ordenamento dos interesses e direitos dos empresários da categoria e atividades congregadas. Integra a chamada pirâmide sindical, constituída pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pela própria FBHA, pelos Sindicatos e pelas empresas do setor.

É uma das maiores entidades sindicais do país e tem representação nos principais órgãos, entidades e conselhos do setor empresarial e turístico do Brasil, tais como o Conselho Nacional de Turismo (CNT), do Ministério do Turismo, ou o Conselho Empresarial do Turismo (Cetur) da CNC.

Está presente em todas as regiões, através de 67 sindicatos filiados. Representa em âmbito estadual e municipal cerca de 940 mil empresas, entre hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares.

Link	<a href="https://www.fenacor.org.br/noticias/servicos-cnc-aumenta-projecao-de-crescimento">https://www.fenacor.org.br/noticias/servicos-cnc-aumenta-projecao-de-crescimento</a>
------	---

## Serviços: CNC aumenta projeção de crescimento

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aumentou para 4,6% a expectativa de crescimento do volume de receitas dos serviços em 2021. A estimativa tem como base os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de abril, divulgada nesta sexta-feira (11/06) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês passado, a expectativa de aumento para o setor havia ficado em 4%, ante os dados negativos de março.

O volume de receitas do setor cresceu 0,7% em abril, uma alta que se enquadra "dentro do esperado" e mantém o crescimento ainda abaixo do nível pré-pandemia. O presidente da CNC, José Roberto Tadros, afirma que a resposta do setor tem sido proporcional à gradual evolução da imunização da população e à retomada econômica.

"A população não deixa de consumir porque quer, mas porque precisa. Os governos, não apenas o federal, têm contribuído com auxílios sociais, o que é fundamental para que as pessoas tenham acesso ao básico e paguem suas contas. Mas é preciso avançar no calendário de vacinação para que o nível de isolamento caia e o País volte a circular, assim como a economia", avalia Tadros.

Segundo a PMS de abril, o volume de receitas do setor segue 1,5% abaixo do de fevereiro de 2020, mês anterior à pandemia. Apenas dois dos cinco grupamentos de atividades obtiveram variações positivas no volume de receitas: serviços prestados às famílias (+9,3%) e de informação e comunicação (+2,5%). Na comparação com abril do ano passado, os serviços apuraram variação de +19,8%. O mês de abril de 2020 marcou o pior momento do setor de serviços desde o início da crise do coronavírus, quando foram computadas variações mensais e anuais de -12,4% e -17,3%, respectivamente.

Turismo opera com 48% da capacidade

O setor turístico segue sofrendo prejuízos recordes na queda de receitas. A CNC aponta que as perdas sofridas pelo setor já somam R\$ 355,2 bilhões desde março de 2020, início da pandemia. Os Estados de São Paulo (R\$ 142,6 bilhões) e do Rio de Janeiro (R\$ 43,4 bilhões) concentram mais da metade (52%) do prejuízo nacional apurado pelo setor. O turismo brasileiro ainda opera bem abaixo da sua capacidade: apenas 48% da possibilidade mensal de geração de receitas.

O economista da CNC Fabio Bentes, responsável pelo estudo, explica que a entidade vê obstáculos adicionais para o crescimento do segmento. "Diante das restrições à circulação de turistas nacionais e, principalmente, estrangeiros, a expectativa é que um ritmo mais forte somente aconteça no segundo semestre. Por outro lado, como a base comparativa é baixa, já que ano passado houve queda de 36,6% no volume de receitas do setor, apostamos em um avanço de 16,7% para o turismo este ano", aponta.

Projeto Vai Turismo

As dificuldades enfrentadas por um dos segmentos vitais da economia levaram a CNC a pensar em uma ação que proponha mudanças reais e práticas. No próximo dia 22, a entidade lança o projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro, por meio do qual quer sensibilizar autoridades e subsidiar ideias de propostas para as eleições de 2022. Alexandre Sampaio, diretor responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC, explica a iniciativa. "Funcionará como uma consulta pública, envolvendo diferentes atores do trade turístico. Ao final, formulará propostas de políticas públicas que serão entregues aos candidatos nacionais e regionais a cargos do Poder Executivo", explica.



Link <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-novo-aumento-prea-o-ga-s-de-cozinha-ultrapassa-r-100-no-rn/513040>

# Com novo aumento, preço gás de cozinha supera R\$ 100

« GLP » Petrobras repassou às refinarias reajuste de 5,9% a partir desta segunda-feira (14). No RN, o preço médio do botijão pode ir aos R\$ 105

**CLÁUDIO OLIVEIRA**  
Repórter

O GLP (gás liquefeito de petróleo), conhecido por gás de cozinha, ficou novamente mais caro em todo o País com o novo reajuste de 5,9% que a Petrobras repassou às refinarias a partir desta segunda-feira (14). No Rio Grande do Norte, o preço médio do botijão, que estava em R\$ 95, agora ficou em R\$ 100, podendo chegar aos R\$ 105, dependendo da localidade e da forma de pagamento. O valor corresponde a quase 10% do salário mínimo.

"Antes desse aumento, a variação do preço era de R\$ 92 a R\$ 97, com preço médio de R\$ 95. Com esse reajuste de R\$ 5 a R\$ 6, agora vai ficar entre R\$ 97 e R\$ 103 com preço médio em torno de R\$ 100", disse o presidente do Sindicato dos Revendedores Autorizados de Gás Liquefeito de Petróleo (Singás-RN), Francisco Correia.



ALEX RÉGIS

No Estado, revendedores estão aplicando o novo reajuste à medida que renovam os estoques

da Petrobras", frisou.

Nas refinarias, o quilo do gás de botijão passou a custar R\$ 3,40, ou seja, 19 centavos a mais.

#### Cenário desanimador

Para o professor Henrique Souza, especialista em Finanças e Controladoria, a forma como o preço

serviços de água e esgotos, que tiveram reajuste de 1,61%, fato que tem pesado fortemente no orçamento das famílias, elevando a

Ele contou que os novos valores já começaram a ser aplicados na medida em que os estoques estão sendo renovados, devendo atingir a totalidade até esta quarta-feira (16). “Nós temos 820 revendedores no Estado e 90% deles ainda têm estoque, por isso creio que até esta quarta-feira, todos já terão alterado os preços”, informou.

Mesmo zeradas as alíquotas dos tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre a comercialização de GLP quando destinado para uso doméstico e envasado em recipientes de até 13 quilos, conforme decreto nº 10.638/2021, os preços não pararam de subir. Esse é o 15º reajuste consecutivo no preço do botijão de gás e o 5º de 2021.

Para Francisco Correia, não há como evitar ou deixar de repassar a mudança no valor para o consumidor. “Como a Petrobras tem o monopólio, não tem o que fazer, o reajuste que ela fizer somos obrigados a passar. Não houve aumento de derivados, de matéria-prima ou com funcionários. O único aumento é na margem de lucro

O novo preço médio para o botijão 13 kg passa a ser de R\$ 44,20 nas refinarias. Contudo, a Petrobras reforçou em comunicado que os valores praticados nas refinarias são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. “Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para envase pelas distribuidoras, além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores”, informou a companhia.

A estatal também argumentou que os preços que pratica seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo. “O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras: distribuidores, importadores e outros produtores, além da Petrobras”, diz a nota divulgada pela empresa.

do GLP é feita leva a um cenário desanimador e sem expectativas de melhora por causa da dependência do mercado internacional.

“A precificação do gás de cozinha basicamente faz com que gire em torno do equilíbrio do mercado internacional. Infelizmente o cenário não é tão animador. O GLP é um derivado do petróleo e, como se trata de preço de combustível fóssil, sofre com as variações cambiais e dependência do mercado internacional. Além disso, o gás de cozinha é negociado em dólar e a alta do preço do petróleo vem anulando a valorização do real frente à moeda americana”, explicou.

Ele ressaltou que a isenção dos tributos federais PIS e COFINS vai ajudar a lucratividade das distribuidoras, mas estas não vão repassar para o consumidor.

Segundo o especialista, para fins econômicos, o gás de cozinha é classificado como produto do grupo chamado “habitação”, junto com a energia elétrica, que subiu 5,73% enquadrada na bandeira tarifária vermelha, além dos

inflação. “O gás teve maior impacto no IPCA (Índice de Preço do Consumidor Amplo) no mês de maio, mês com uma das maiores inflações desde 1996, algo no patamar de 0,3%”, relatou.

Em entrevista à Agência Brasil, o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin afirmou que o consumidor tem poder limitado para controlar o preço do gás, diferentemente do que ocorre com alguns alimentos, não apenas pelas variantes externas, como o dólar e a cotação do petróleo, mas também pela dificuldade em trocar o GLP por outros produtos.

Para escapar do gás mais caro, as famílias de baixa renda estão recorrendo ao carvão vegetal ou à lenha. As famílias de classe média podem substituir o gás por fogões elétricos e, caso usem o botijão para aquecer a água, podem recorrer à energia solar, mas esses investimentos são caros e exigem tempo. “O gás de cozinha é um produto com baixa elasticidade de demanda. Trata-se de um bem essencial, que não pode ser substituído facilmente”, disse o professor da FGV.

Link	<a href="http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/galeria-sesc-inicia-temporada-de-exposia-a-es-virtuais/513024">http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/galeria-sesc-inicia-temporada-de-exposia-a-es-virtuais/513024</a>
------	---

## Galeria Sesc inicia temporada de exposições virtuais

**A** Galeria Sesc de Exposições inicia a temporada de 2021 em formato virtual e gratuito. A primeira mostra no ar virtual será aberta nesta terça-feira (15), com a exposição fotográfica “Reolhar”, do artista visual Borges Potiguar. Em seis anos de existência, o espaço abrigou um total de 32 exposições presenciais. O edital 2021 superou o número de candidatos de anos anteriores, atraindo 86 inscrições, das quais três foram selecionadas. O material pode ser visto no canal do Sesc RN no Youtube.

O material de “Reolhar” foi produzido em meio à pandemia da Covid-19, e busca a partir disso uma reflexão em torno das mudanças na forma do olhar cotidiano entre as pessoas, que por causa da doença passaram a usar máscaras, cobrindo parte do rosto (boca e nariz). Borges Potiguar revela a dificuldade inicial em fotografar as pessoas com máscara, detalhe que foi logo superado.

Borges conta que seguiu com o desejo de registrar o tempo das coisas, até que certo se deparou com um agricultor que usava chapéu de couro e máscara. “Era muito estranha aquela imagem que trouxe-me vários questionamentos. Me aproximei e perguntei se poderia tirar uma foto e ele disse que sim. Foi a partir daquele olhar que surgiu a busca por outros olhares”, lembra.

Outros dois trabalhos foram selecionados pelo Sesc RN e devem entrar em exposição até dezembro deste ano. O primeiro foi “Igbá Ayó Ó?Dára”, de Gabriely Nascimento, que vai expor sobre o universo dos orixás, por meio da técnica da colagem. Outro trabalho foi o da artista Louise dos Reis Gusmão de Andrade, “Um lugar de memória”, com técnicas de fotografia, desenho e arte-têxtil.

A Galeria Sesc se destaca no cenário local devido à forte atuação com os artistas potiguares, aliada à possibilidade de receber visitantes dos mais diversos cantos, com direito à mediação da experiência. O foco são as artes visuais, com ênfase, também, para a arte educação. O diferencial desta edição será o formato virtual, por meio do canal do Sesc RN no Youtube.

**Serviço:**

“Reolhar”, de Borges Potiguar, na Galeria Sesc de Exposições. Terça-feira (15) no canal do Sesc RN no Youtube.

Link <http://jornalagoram.com.br/uploads/materiais/3a995998ea6c795005e518e69c832745.pdf>

# Plano Diretor: delegados seguem votando as propostas até amanhã

**NATAL** | Depois da conferência, a minuta aprovada pelos delegados será sistematizada no prazo de cinco dias úteis pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo e enviada para a Secretaria Municipal de Governo

A terceira e última etapa da Conferência Final do Plano Diretor de Natal começou nesta segunda-feira, 14, e segue até amanhã, quarta, 16. O processo de votação vai ocorrer de forma virtual, e para isso, os delegados participaram de capacitação na última sexta-feira, 11. Após finalizada a conferência, a minuta aprovada pelos delegados será sistematizada no prazo de cinco dias úteis pela secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) e enviada para Secretaria Municipal de Governo (SMG).

O Concidade está utilizando o sistema Hélios, para votação do Plano. É um programa americano, desenvolvido por um estudante da Universidade de Harvard, utilizado por várias instituições e órgãos para avaliação e votação no país. Um programa considerado seguro e fácil de operar. Para segurança do eleitor, o sistema gera um código de identificação da cédula eleitoral e permite auditoria da cédula eleitoral, ou seja, o delegado pode copiar e guardar o conteúdo do seu voto.

Cada delegado recebeu por e-mail um login e senha para ter acesso ao sistema de votação, que foi formatado em dois blocos. O primeiro bloco tem de 1 a 153 questões e o segundo de 154 a 304, tudo para facilitar a escolha do voto pelos delegados. Confira o caderno no link: [bit.ly/cadernovotacao](http://bit.ly/cadernovotacao)

Os 119 delegados são os responsáveis por deliberar e apreciar a versão final do Projeto de Lei de Revisão da



São 119 delegados os responsáveis por deliberar e apreciar versão final do Plano Diretor

Lei Complementar nº 082 de 21 junho de 2007 (Plano Diretor de Natal), que será enviada à Câmara Municipal. Entre eles estão representantes dos segmentos: movimentos populares; organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano e ambiental; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais; empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano; trabalhadores por suas instituições sindicais, e por fim, representantes do poder público.

O vice-presidente do Concidade, Albert Josuá Neto, explica que estes são os últimos momentos de um período

de quatro anos, iniciado em 2017, e que teve um período suspenso, sendo retomado em 2019. “Do ano passado para cá, devido à pandemia, tivemos que nos adequar e fazer virtualmente as reuniões e votações. Tivemos idas e vindas, estamos quase no final e, da forma possível, considerando o cenário atual”, disse.

A Semurb é a responsável por sistematizar as contribuições oriundas da Conferência e enviar o Projeto de Lei à SMG, para em seguida ser enviada à Câmara dos Vereadores para votação final. Para mais informações do processo de revisão, acompanhe o site do PDN no endereço: [www.planodiretor.natal.rn.gov.br](http://www.planodiretor.natal.rn.gov.br).

# Bares e restaurantes do RN devem judicializar perdas na pandemia

**PREJUÍZOS** | Em nota distribuída nesta segunda-feira, a Abrasel estadual afirmou que a medida foi motivada pelas graves e "comprováveis" perdas registradas neste período de pandemia, consequência direta das medidas restritivas. Presidente da entidade no RN, Paolo Passariello, estima que 200 empresários acionem governo do Estado e prefeituras

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) ingressou no final de semana com Ações Cíveis Públicas contra todos os estados da Federação e 270 municípios brasileiros exigindo reparação financeira ao setor de bares e restaurantes por prejuízos financeiros causados pelas medidas de isolamento social na pandemia.

Segundo o presidente Associação de Bares e Restaurantes no RN, Paolo Passariello, a medida abre porta para que os 200 donos desses estabelecimentos no estado filiados à entidade acionem no futuro o Governo do Estado e as prefeituras em ações individuais.

Em nota distribuída nesta segunda-feira, 14, a Abrasel afirmou que a medida foi motivada pelas graves e "comprováveis" perdas registradas neste período de pandemia, consequência direta das medidas restritivas.

A Ação Civil Pública é um tipo especial de ação jurídica prevista na legislação brasileira, destinada à proteção de direitos difusos e coletivos tanto por iniciativa do Estado quanto de associações com finalidades específicas.

"Nosso setor foi criminalizado e pagou uma conta desproporcional durante esse período. São mais de 300 mil estabelecimentos fechados em todo o Brasil e entre os que sobreviveram até



Pesquisa do Sebrae RN, feita em abril passado, mostrou que 95% dos bares, restaurantes e similares de Natal tiveram faturamentos reduzidos

aqui, a maioria está fazendo prejuízo (72%", diz Paolo Passariello.

Ainda de acordo com o presidente, o que está sendo discutido não é o mérito destas iniciativas – se foram lícitas ou não – nem mesmo associando as ações na Justiça a qualquer prefeito ou governador em específico, nem à qualidade de suas decisões.

Segundo Passariello, o passo seguinte será que cada estabelecimento ingresse com uma ação individual apresentando os cálculos de perdas comprováveis em função das medidas do poder público e pedindo a reparação correspondente.

"Não saberia dizer quanto isso representaria aqui no RN, já que caberia

a cada estabelecimento calcular seus prejuízos durante o período de vigência dos decretos", afirmou.

Advogados da área da Direito Comerciais ouvidos nesta segunda-feira pelo Agora RN foram unânimes em afirmar que se trata de uma causa muito difícil para os comerciantes.

"Eles teriam que mostrar, a partir de

um cruzamento de informações, que os decretos não eram necessários nas ocasiões em que ocorreram", comentou uma das fontes.

Mesmo assim, afirmam os especialistas, como se trata de uma pandemia sobre a qual pouco se conhecia quando começou, em março do ano passado, será muito complicado atribuir ao Estado e municípios uma responsabilização objetiva.

Uma pesquisa realizada em abril último pelo Sebrae no RN aponta que 95% dos bares, restaurantes e similares de Natal registraram redução no faturamento mensal por causa da pandemia. Desse, ainda segundo o levantamento, 10% foram obrigados a fechar as portas.

Já dados do governo do estado indicaram que entre março do ano passado e março deste ano a queda do faturamento bruto diário das empresas foi de 30%, caindo de R\$ 4,8 milhões para R\$ 2,7 milhões em média no período.

Mais de 50% tiveram de demitir seus trabalhadores, e a maioria já declarou que não pretende recontra-los depois da pandemia. O percentual das empresas que precisaram reduzir a jornada de trabalho ou os salários dos empregados foi 27,7%, enquanto as que suspenderam contratos foi de 24,8%. E decretaram férias coletivas 9,4%.

**CPI da Covid.** Celeridade para a aquisição de medicamento sem eficácia comprovada fica evidente em mensagens trocadas entre a diplomacia brasileira e representantes indianos

# E-mails mostram agilidade do governo por cloroquina

Julia Affonso  
Vinicius Valfré | BRASÍLIA


Troca de e-mails da diplomacia brasileira com a chancelaria indiana e representantes de farmacêuticas do país asiático mostra a agilidade com que o governo de Jair Bolsonaro buscou adquirir hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19, medicamento sem eficácia comprovada contra a doença. Algumas mensagens foram respondidas pelo governo brasileiro em 15 minutos, à noite e até em fins de semana. O esforço pelo medicamento se contrapõe à postura do Executivo em relação às vacinas. No caso da Pfizer, o governo demorou pouco mais de dois meses para responder aos contatos da empresa.


A série de 54 e-mails expõe a atitude proativa do governo brasileiro para liberar cargas de matéria-prima da hidroxicloroquina a empresas que fabricam o medicamento no País. As mensagens foram enviadas pelo ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil na Índia, Elias Antônio de Luna e Almeida Santos, segundo na hierarquia do posto diplomático.

"Estamos acompanhando esta questão com muita atenção", disse em um e-mail de 31 de março ao diretor de uma empresa fornecedora de hidroxicloroquina. Em outro, o diplomata brasileiro pediu "a maior urgência possível" a um representante de uma farmacêutica sobre o preenchimento de documentos.

Os documentos sigilosos, em poder da CPI da Covid, foram obtidos pela agência de dados *Ftquem Sabendo*, especialista em Lei de Acesso à Informação, e analisados pelo *Estadão*. Os e-mails foram trocados entre março e junho de 2020.

## NEGOCIAÇÃO

 **GAURAV KUMAR THAKUR**  
SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA

 **ELIAS ANTONIO DE LUNA E ALMEIDA SANTOS**  
MINISTRO-CONSELHEIRO DA EMBAIXADA DO BRASIL NA ÍNDIA

Sábado, 11 de abril de 2020, 01:09



Caro ministro Elias,

Isto é em referência à sua correspondência contínua com o Secretário-adjunto LAC sobre o fornecimento de HCQ para o Brasil. Vide e-mail anterior (uma cópia inclusa), o secretário-adjunto da LAC informou sobre a liberação de 530 KG de remessa de HCQ para o Brasil.

Entendemos que você tem alguns outros pedidos pendentes de HCQ. A fim de garantir o abastecimento rápido da mercadoria durante esses períodos da pandemia COVID-19, fui orientado a ver se o seu lado está interessado em fazer um pedido de comprimidos de 50 Lakhs de HCQ no lugar das solicitações pendentes de HCQ.

Solicitamos gentilmente que indique a sua disposição para esta oferta. Caso você esteja interessado, nós direcionaríamos você para a empresa onde o pedido pode ser feito.

Também solicitamos que você forneça detalhes quando o fornecimento de 530 kg de HCQ for liberado.

Cumprimentos,  
**Gaurav Kumar Thakur**

Sábado, 11 de abril de 2020, 11h34



Caro Gaurav,

Obrigado pela sua mensagem. Temos que consultar Brasília sobre esta oferta e retornamos para você o mais rápido possível (tenha em mente a diferença de horário).

Quanto à liberação dos 530Kg, ela foi liberada na quinta-feira à noite e está já a caminho do Brasil por via aérea.

Atenciosamente,  
**Elias Antonio de Luna e Almeida Santos**

Sábado, 11 de abril de 2020, 2:31 PM



Caro Gaurav e colegas,

● **Ministério**  
Procurado pela reportagem do *Estadão*, o Ministério das Relações Exteriores não havia se manifestado sobre a troca de e-mails até a conclusão desta edição.

**Modi.** A agilidade em conseguir o medicamento sem eficácia comprovada não se resumiu ao funcionário da embaixada brasileira. Num e-mail de 6 de abril que tinha Santos entre os destinatários, T.C. Reddy, diretor de uma farmacêutica indiana, sugeriu a empresários brasileiros que, gentilmente, "pressionassem Bolsonaro" a falar com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, para liberar a carga de hidroxicloroquina. O apelo do presidente ao premiê, porém, já havia ocorrido dois dias antes.

O esforço brasileiro pela cloroquina continuou mesmo após pesquisas apontarem a ineficácia do medicamento no combate à covid-19. Em 20 de maio do ano passado, a Sociedade Brasileira de Infectologia publicou um informe no qual afirmava que os "estudos clínicos com cloroquina ou hidroxicloroquina não mostraram eficácia no tratamento farmacológico de covid-19 e não devem ser recomendados de rotina".

Quinze dias depois, no dia 5 de junho, Santos enviou e-mails a duas empresas indianas para saber preço, quantidade e prazo para entrega de difosfato de cloroquina, um dos componentes do medicamento.

Na mesma época, o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciava que o Instituto Butantan produziria uma vacina em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac. Aliados de Bolsonaro usaram o fato para atacar o adversário po-

No dia 11 de abril de 2020, um sábado, Gaurav Kumar Thakur, secretário para América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores da Índia, escreve a Santos para oferecer uma carga de “50 lakhs” – unidade de medida indiana, equivalente a 100 mil – de comprimidos de hidroxiclороquina já prontos, uma vez que havia uma demanda brasileira pela matéria-prima do medicamento pendente de liberação. Não levou oito horas para que o funcionário do Itamaraty respondesse que “o governo brasileiro demonstrou interesse na oferta”.

“Independentemente dessa generosa possibilidade que o governo da Índia está abrindo ao Brasil, nós reiteramos que continuamos a buscar as permissões de exportação para a matéria-prima de hidroxiclороquina que permitirá aos fabricantes brasileiros produzirem para si quantidades adicionais de comprimidos”, afirma Santos às 20h40 (no horário local) do mesmo dia.

Na noite do dia seguinte, domingo, o funcionário do Itamaraty envia um segundo e-mail cobrando agilidade do colega indiano por informações sobre a empresa que forneceria os comprimidos de hidroxiclороquina. “Se você pudesse fornecer os detalhes até amanhã de manhã ficaria muito grato, para que possamos iniciar contatos diretos com eles.”

Duas semanas depois, no dia 25 de abril, em outra troca de e-mails também num sábado à tarde, Santos levou apenas 15 minutos para responder à dúvida de um funcionário da empresa que providenciava a remessa dos produtos ao Brasil.

Em continuidade ao meu e-mail anterior, esclareça o que significa “50 Lakhs Tablets”. É o produto final ou medicamento ou é a matéria-prima, sulfato de hidroxiclороquina, como na primeira remessa em que foi aprovada?

Atenciosamente,  
**Elias Santos**

**Sábado, 11 de abril de 2020 06:38**



É o produto final em forma de comprimido.

**Gaurav Kumar Thakur**

**Sábado, 11 de abril de 2020 20:40**



**Caro Gaurav,**

Sobre a troca de mensagens abaixo, escrevo para confirmar que o Governo do Brasil demonstrou interesse na oferta pelo Governo da Índia de comprimidos de 50 Lakhs de Hidroxiclороquina. Por favor, compartilhe conosco os detalhes do ponto focal do fornecedor, para que possamos começar conversas diretas com a empresa.

Independentemente dessa generosa possibilidade que o Governo da Índia está abrindo ao Brasil, nós reiteramos que continuamos a buscar as permissões de exportação para a matéria-prima de hidroxiclороquina que permitirá aos fabricantes brasileiros produzirem para si quantidades adicionais de comprimidos de hidroxiclороquina. Essa produção nacional continua essencial para o atual e necessidades futuras para tratamento de COVID-19 e outras doenças no Brasil. Por isso, eu lembro dos formulários de licenciamento enviados ao MEA na última terça-feira.

Atenciosamente,  
**Elias Luna A. Santos**

**Domingo, 12 de abril de 2020 21:48:42**



**Caro Gaurav e colegas,**

Boa noite. Ainda não recebi os dados de contato do fornecedor. Se você pudesse fornecer os detalhes até amanhã de manhã ficaria muito grato, para que possamos iniciar contatos diretos com eles. Obrigado, cumprimentos,

**Elias Santos**

INFOGRAFIA/ESTADÃO

lítico do presidente e pregar contra o imunizante.

**Vacinas.** O investimento de Bolsonaro para obter cloroquina em vez de priorizar a busca por vacinas é uma das frentes de investigação da CPI da Covid. Até agora, a comissão já recebeu 935 conjuntos de documentos, que somam 1,2 terabyte de informações.

Além das provas documentais, os senadores também contam com os relatos colhidos nas sessões para comprovar a responsabilidade do governo federal no descontrole da pandemia. Em depoimento à comissão, o ex-presidente da Pfizer no Brasil Carlos Murillo disse que nove ofertas de vacinas, feitas em cinco datas diferentes, ficaram sem resposta. O primeiro e-mail foi enviado em 26 de agosto ao Ministério da Saúde, que só respondeu em 9 de novembro.

O vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), contou 81 correspondências da Pfizer, de 17 de março do ano passado até 23 de abril deste ano, 90% delas sem resposta.

Além da Pfizer, a Coronavac também teve seu processo de compra atrasado. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, relatou que propostas para compra de vacinas foram ignoradas por dois meses. E, mesmo após iniciar as tratativas, houve reverses. Em outubro do ano passado, Bolsonaro desautorizou o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e mandou cancelar a compra de doses do imunizante. A ordem do presidente levou a uma redução de 52 milhões de doses de vacina na quantidade que o País poderia ter obtido.

# (entrevista Marcos Mendes, pesquisador do Insper) "Preço do apoio político subiu", diz economista - ESTADÃO - 15/06/2021

## ENTREVISTA

Marcos Mendes, pesquisador do Insper e ex-chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda

### 'Preço do apoio político subiu', diz economista

Para pesquisador, parlamentares usam a chamada emenda de relator para 'demarcar território' no Orçamento

Ídiana Tomazelli | BRASILIA

A emenda de relator, oficializada agora como instrumento para parlamentares direcionarem recursos a suas bases eleitorais, é um sintoma da deterioração do sistema político-eleitoral, afirmou o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e ex-chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda.

Para ele, a definição da destinação dos recursos neste formato é uma forma de o Congresso demarcar território no Orçamento, por causa da "incompetência" do Planalto na articulação política. "Vai ser difícil o governo se desvencilhar

da emenda de relator", disse Mendes ao *Estadão/Broadcast*. "O preço subiu."

● **Como o sr. vê as emendas de relator no Orçamento? O governo vai conseguir se desvencilhar em algum momento?**

Vai ser difícil se desvencilhar da emenda de relator. Ela é um sintoma de uma deterioração do nosso sistema político-eleitoral. Uma das formas para ter maioria no Congresso foi formar o governo de coalizão, trazer uma quantidade de partidos que garanta a maioria do Congresso para dentro do governo. Isso significa distribuir ministérios, cargos. Outra é usar emendas parlamentares como instrumento de trazer apoio adicional de parlamentares para agendas do governo. Quando você não faz um governo de coalizão, fica mais difícil ter maioria. O Congresso resiste mais, e passa a usar o Orçamento como um instrumento

para ganhar poder, já que não tem acesso aos cargos, à ministérios, a influenciar na política. Ele vai tentar via Orçamento, e isso está acontecendo por meio da emenda de relator.

● **Por quê?**

Ao longo dos anos, foi havendo uma fragmentação partidária. Hoje tem que juntar quase uma dezena de partidos para ter maioria. Então, cada vez mais essas emendas parlamentares vão substituindo, de forma imperfeita, a formação de coalizão. O Congresso vai ganhando espaço, e os interesses pulverizados vão ganhando espaço. Então, cada vez menos o Orçamento representa uma decisão coletiva, de determinar obras com impacto estrutural relevante, as prioridades do País, e vai sendo fragmentado, pulverizado naqueles interesses particulares. Aí a gente sabe que o espaço para corrupção aumenta, o espaço para

ineficiência aumenta. É isso que está acontecendo.

● **Qual é o risco disso?**

Em primeiro lugar, a qualidade do gasto público cai tremendamente, diminui a produtividade da economia e o potencial de crescimento. Se você distribui tratores comprados a um custo mais alto, você desperdiçou recurso que poderia estar

sendo usado na formação de uma criança na escola, ou para ampliar a vacinação. Outro problema é que esse sistema vai crescendo. Cada vez você precisa de mais dinheiro para formar maioria. Dado que o governo Dilma e o governo Bolsonaro optaram por não fazer um governo de coalizão, o Congresso foi mudando as regras do jogo, para se apropriar do Orçamento. Foi tornando emendas obrigatórias, diminuindo o potencial de fiscalização, e agora criou a emenda de relator, que já existia na época dos Anões do Orçamento. Antes, bastava executar as emendas individuais e você já tinha uma moeda de troca para formar maioria no Congresso. Agora essa moeda de troca não existe mais. Vai ficando cada vez mais caro.

● **Na PEC Emergencial, houve acordo de R\$ 16,5 bi em novas emendas, além das**

obrigatórias, para que fosse aprovada. Outros governos operavam com antecipação de emendas que já existiam. Chamou a atenção o valor?

O preço subiu. O que me chama atenção é que foi um preço altíssimo para aprovar uma PEC de baixíssima eficácia. A PEC Emergencial não trouxe nenhuma grande novidade em termos de fortalecimento das regras fiscais.

● **O presidente se aproximou do Centro e passou a ceder cargos. Isso alivia a pressão por domínio sobre o Orçamento?**

Não, porque um governo de coalizão requer, em primeiro lugar, uma articulação política hábil. A equipe de negociação política do presidente mostrou uma incapacidade de articulação, é uma atuação descoordenada, sem prioridades. O segundo quesito é dividir o poder, ter nos cargos ministeriais pessoas que representem os partidos. Quando os partidos não têm claramente o poder de indicar as pessoas aos cargos, aí eles passam a atuar de outra forma, que é influenciando no Orçamento.



ANDREA FURZELLI/CONTRASTO



ENTREVISTA

Sergio Mauro Giorgi, doutor em Periodontia pela USP

# Saúde bucal ajuda a prevenir covid-19, alerta periodontista

'Doenças periodontais são um agravamento para todo o corpo', alerta o médico, que integra a New York Academy of Science

João Ker

Um estudo de março de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) descobriu, pela primeira vez, a presença do coronavírus na gengiva de pacientes que, depois, vieram a morrer. Publicada no *Journal of Oral Microbiology*, a descoberta abre caminho para ligar a saúde bucal à presença da covid-19 na saliva de pessoas infectadas. "As doenças periodontais são uma agravamento para todo o corpo", afirma Sérgio Mauro Giorgi. Doutor em Periodontia e ex-professor da Faculdade de Odontologia da USP, ele explica como a saúde bucal pode influenciar todo o restante do corpo humano, causando desde doenças pulmonares e cardiológicas até o agravamento da covid-19.

Para Giorgi, isso comprova quão necessária é a higiene oral adequada e focada em cada paciente. Ele explica que, através da boca, vírus como o

Sars-CoV-2, a herpes e uma infinidade de bactérias podem ser transmitidos para a corrente sanguínea e piorar quadros já graves de outras doenças. Amostras recolhidas em pesquisas nos EUA apontam a presença de uma bactéria que só existe na boca, a *Porphyromonas gingivalis*, no cérebro de pessoas que morreram de covid e de Alzheimer. Como ela foi para o cérebro?, indaga. Nesta entrevista, Giorgi, que integra a American Academy of Periodontology, a American Dental Association e a New York Academy of Sciences, relata os principais cuidados a serem tomados na saúde bucal e o efeito da pandemia na boca dos brasileiros.

● O que a descoberta do Sars-CoV-2 na gengiva de pacientes significa, na prática?

Isso pode acontecer quando a manutenção da higiene da boca não é bem desenvolvida pelo paciente. O pessoal da Medicina achou que o tecido gengival pode ser um alvo da doença e contribuir para a presença do vírus até na saliva. Quando o microbioma oral sofre um desequilíbrio, a boca ou o sistema imunológico não consegue proteger a superfície oral ape-

nas com os dentes. Quando esse microbioma está desequilibrado ocorre o que chamamos de disbiose, que impede uma resposta do próprio sistema imunológico. Daí a importância de cirurgiões dentistas criarem protocolos individuais, de acordo com o paciente.

● O que seriam esses protocolos individuais de higiene oral?

Às vezes, com a idade, o paciente perde a motivação para manter a higiene oral. É comum cirurgiões dentistas serem treinados para, nas UTIs, verificar a saúde bucal dos pacientes.

● O que a má higiene da boca pode acarretar para o ser humano, além das cáries?

Amostras colhidas em pesquisas nos Estados Unidos apontam a presença de uma bactéria que só existe na boca, a *Porphyromonas gingivalis*, no cérebro de pessoas que vieram a óbito de covid e de Alzheimer. Como ela foi para o cérebro? Isso provavelmente tem a ver com a saúde bucal do paciente. Não à toa se criou a medicina periodontal, porque hoje já entendemos que as doenças periodontais podem ser uma agravamento para todo o corpo. O dentista



Risco. Segundo Giorgi, a periodontite 'provoca enfraquecimento do sistema imunológico'

● Doenças associadas estão associadas a enfermidades como doença coronariana, doença hepática, doença não alcoólica, doença renal, distúrbios pulmonares e a esclerose?

passou a ter uma certa importância na saúde geral do ser humano. As doenças periodontais estão associadas a enfermidades como doença coronariana, hepática não alcoólica, doença renal, distúrbios pulmonares e a esclerose, além de contribuírem para cânceres da cavidade oral e outras inflamações. Por isso é importante manter o microbioma oral sempre equilibrado.

● Quais os principais sinais de um problema na saúde bucal?

O mais importante é ser aconselhado por um profissional. A doença gengival é perigosa em idosos - mais de 70% dos adultos com 65 anos ou mais têm periodontite, que afeta os ossos e enfraquece as fibras colágenas que unem dentes ao osso, isso provoca o enfraquecimento do sistema imunológico.

● Além da escovação, o que pode ser feito para manter a saúde oral em dia?

Antes de escovar os dentes, o interessante é fazer uma limpeza prévia, com fio dental e limpadores interdentais. Só com esse procedimento você já evita 70% das doenças periodontais. Mas a escovação e o fio dental tradicionais podem não ser suficientes para afa-

tar as doenças da gengiva e da boca. Outra coisa importante é escovar a língua, principalmente o dorso. E evitar o compartilhamento de objetos com pessoas contaminadas.

● Por quanto tempo se deve tomar esses cuidados?

Essas medidas devem ser levadas para o restante da vida. A qualquer momento, as pessoas podem ser infectadas. Também é importante a forma correta de cuidar de escovas e higienizadores. O ideal é mantê-los imersos em água e enxaguante bucal, com clorexidina, que são bactericidas. Nosso mercado ainda não tem isso, mas nos EUA existem pastilhas que você tritura na boca após a escovação matinal e elas liberam bactérias vivas e "boas", os probióticos orais.

15/06/2021

**Social.** Simulações do Ministério da Cidadania mostram gasto de R\$ 196,2 milhões em 2022 para atender 68 mil crianças e adolescentes de 35 mil famílias cujo responsável tenha falecido durante a pandemia; pagamento só deve valer para quem é inscrito no Bolsa Família

# Governo planeja benefício mensal de até R\$ 250 para órfãos da covid-19



**Avaliação.** O Ministério da Cidadania já fez simulações sobre o pagamento do novo benefício, que ainda depende de aval do presidente Jair Bolsonaro

**Adriana Fernandes** / BRASÍLIA

O governo quer criar um benefício especial para órfãos da covid-19 dentro da reformulação do programa Bolsa Família. O valor em estudo está entre R\$ 240 e R\$ 250 por mês por criança e adolescente, segundo simulações feitas pelo Ministério da Cidadania.

O benefício seria dado automaticamente para crianças e adolescentes de famílias incluídas no programa de transferência de renda em que um responsável familiar, cônjuge ou adulto tenha falecido em decorrência da covid-19 desde o início da pandemia. O benefício será pago até os 18 anos.

O Brasil se aproxima de 500 mil vítimas da covid-19, e o próprio governo é alvo de uma CPI no Senado, que investiga se houve negligência por parte de autoridades federais no trato da pandemia. Dependendo do relatório final, o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello podem ser

responsabilizados.

O governo estima gastar R\$ 196,2 milhões em 2022 para ajudar 68 mil crianças e adolescentes de 35 mil famílias que, neste momento, se enquadram nesses critérios. O marco final das regras do programa ainda não foi batido por Bolsonaro.

A identificação será feita por meio do Cadastro Único de programas sociais, um instrumento de coleta de informações para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País para fins de inclusão nos programas de assistência social e redistribuição de renda. Com essas informações, seriam feitos cruzamentos em base de dados adicionais, como as da Data-Prev, para identificar os futuros beneficiários.

A ideia é que esse benefício não seja contabilizado na renda do Cadastro Único para o acesso aos programas sociais – ou seja, o valor não seria incluído para o cálculo da renda familiar. O município faria o acompanhamento da nova família da criança.

**Detalhamento.** Para o consultor do Congresso Pedro Fernando Nery, o valor em discussão, entre R\$ 240 e R\$ 250, é certamente um grande avanço em relação ao nível do Bolsa Família, cujo benefício médio está em torno de R\$ 190. “Fica a dúvida sobre quem terá direito e qual será o limite por família. Porque, se for R\$ 250, mas só puder receber quem for muito pobre, seria problemático”, diz.

Nery ressalta a necessidade de que o governo garanta que o benefício possa ser acumulado dentro da mesma família. Assim, o valor por pessoa se aproximaria da quantia recebida por famílias pobres em que o falecido era empregado formal, deixando o pensão de um salário mínimo no INSS.

Em artigo recente publicado no **Estadão** sobre o tema, Nery chamou atenção para o problema dos órfãos da covid-19. Por diversas razões, a pandemia vitima mais pessoas mais pobres. E suas famílias podem não contar com uma rede de proteção

**Desembolso**  
**R\$ 196,2 mi**  
quanto o Ministério da Cidadania estima gastar em 2022 com o pagamento do novo benefício a cerca de 68 mil crianças e adolescentes de 35 mil famílias no País.

que foi a base de onde se expandiram os Estados modernos: a pensão por morte. Para deixar pensão, é preciso contribuir para o sistema previdenciário, destacou o pesquisador. Empregados com carteira podem deixar o benefício da pensão, mas desempregados ou empregados informais não, mesmo que suas famílias fiquem mais vulneráveis à miséria.

“Esse não seria um problema tão grave se houvesse algum benefício infantil robusto no País, como existem em muitos países desenvolvidos. No Bolsa Família, as crianças órfãs teriam direito somente a R\$ 41 por mês

cada, e apenas se a renda familiar fosse muito baixa”, ressalta.

Nery alerta que, segundo a Fiocruz, foi na faixa etária entre 20 e 29 anos que os óbitos mais aumentaram entre o início do ano e o auge da segunda onda da doença. O crescimento foi de mais de 1.000% no período. A partir do momento em que mais jovens passam a morrer vítimas da pandemia, deve haver um aumento também do número de crianças que perdem o pai ou a mãe.

Para a diretora institucional da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, o benefício emergencial já deveria ter sido estendido às famílias que perderam membros que as mantinham economicamente. “Nós reafirmamos isso ao governo, pois, se chegamos a quase 500 mil mortes, precisamos olhar com muito cuidado para a proteção social dessas famílias, em particular através da assistência social, com a finalidade de proteger de forma regular e contínua os mais vulneráveis.”

## Auxílio será prorrogado por mais 3 meses

**Idiama Tomazelli** / BRASÍLIA

O governo vai prorrogar o auxílio emergencial por mais três meses, informou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Com isso, a ajuda voltada aos mais vulneráveis durante a pandemia de covid-19 será estendida até outubro, com os mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Hoje, o auxílio contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros.

O **Estadão/Broadcast** apurou que, para bancar a prorrogação, deve ser aberto um crédito extraordinário de cerca de R\$ 20 bilhões. O número final ainda está sendo refinado a partir dos dados dos pagamentos de junho.

O valor vai reforçar o custo de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa – e que não foram usados porque o número de famílias na nova rodada ficou abaixo do inicialmente projetado. Cada parcela tem tido um custo ao redor de R\$ 9 bilhões mensais. O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A extensão da ajuda a vulneráveis é uma forma de manter a assistência às famílias enquanto a imunização da população ainda avança. Estados e também evita um “vácuo” até o pretendido lançamento de uma nova política social permanente do governo.

A prorrogação deve ocorrer por medida provisória. A necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para isso perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que permite tombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para acomodar o gasto adicional.

## Novo Bolsa Família prevê pagamento médio de R\$ 250

Programa, que tem o nome provisório de Renda Cidadã, estima chegar a pelo menos 16,7 milhões de famílias

A reformulação do programa Bolsa Família - que recebeu o nome provisório de Renda Cidadã - prevê um benefício médio em torno de R\$ 250 e um custo total de R\$ 51,51 bilhões para 2022, segundo dados mais recentes do Ministério da Cidadania obtidos pelo Estadão.

O governo quer engatilhar o Bolsa Família reforçado depois da nova prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses. A prorrogação do auxílio dá mais tempo para o ministério e

a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, acertarem os pontos sobre os detalhes do alcance do programa diante da restrição fiscal apontada pela equipe econômica.

O gasto total já inclui, além do benefício básico, outros benefícios adicionais que estarão dentro do programa: auxílio creche, Alimenta Brasil (um programa

### Orçamento

**R\$ 51,51 bi**

é o custo do Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família, estimado até agora pelo Ministério da Cidadania para 2022. Meta é atender 16,7 milhões de famílias.

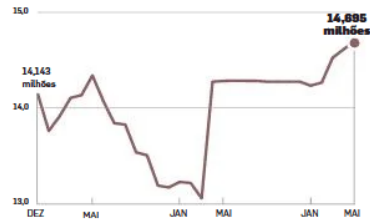
para a compra de alimentos de agricultores familiares), um benefício para os orfãos da covid-19 e bônus atrelados ao desempenho escolar e esportivo.

A linha de extrema pobreza vai subir para R\$ 95 (hoje, é R\$ 89) e a linha de pobreza, para R\$ 190 (hoje, R\$ 178). A meta é que o programa reformulado alcance 16,7 milhões de famílias em 2022, um incremento de 1,9 milhão de famílias.

A nova estrutura de benefícios deverá ser composta de ajuda à primeira infância (de zero a 6 meses) e beneficiário(a) para crianças de 3 anos a jovens de 21 anos, com valor de R\$ 105 por pessoa e limite máximo de 5 pagamentos por família. No caso da primeira infância, a cota é dobrada. Está previsto ainda um benefício cidadania com valor mínimo de R\$ 10 por pessoa, com cálculo caso a caso. No modelo atual, uma família com pai, mãe e quatro filhos (20, 16, 12 e 2 anos) receberia R\$ 235. Pela reformulação prevista pelo governo, esse valor iria para R\$ 310. Pelos planos do Ministério da Cidadania, o benefício Alimen-

### BOLSA FAMÍLIA

• Número de famílias beneficiadas pelo programa de transferência de renda



Fonte: Ministério da Cidadania

Infográfico: Estadão

ta Brasil tem como público alvo 1,3 milhão de famílias de agricultores familiares que participam do Bolsa Família. O novo programa trata da produção e comercialização de alimentação saudável. Um benefício voltado para estimular o desenvolvimento

da capacidade produtiva dos agricultores familiares. Os recursos previstos para chegar a essas famílias no período de 2022/2023 é de R\$ 554,1 milhões. Uma das pendências ainda em análise para o Alimenta Brasil é a necessidade de criação de um

sistema para gerir essa nova modalidade de benefício.

Para o auxílio creche em estudo, o pré-requisito é que um dos pais seja o responsável por prover todas as necessidades dos filhos e que não consiga vaga na rede pública. O governo prevê um custo de R\$ 300 milhões para 100 mil vagas em 2022. Se o beneficiário conseguir matrícula na rede privada, o auxílio será de R\$ 250, condicionado à matrícula. Se não conseguir, o auxílio será de R\$ 100 por mês para pagar uma cuidadora. Esse é um incentivo considerado estímulo para que a pessoa procure um emprego.

A diretora institucional da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, chama atenção para a fila de espera do Bolsa Família, que, antes mesmo dos efeitos da pandemia, chegava a cerca de 2 milhões de famílias. "Esses 15 meses de pandemia empobreceram ainda mais a população e a fome é uma realidade em todos os cantos do País." Para ela, é preciso pensar numa política de renda permanente que considere esse novo mapa social. /A.F.

# Desigualdade é recorde no 1º trimestre

Renda média cai para o menor patamar desde 2012, aponta estudo do Centro de Políticas Sociais da FGV, no 'pior ponto da crise social'

Daniela Amorim | R10

A perda do emprego ao longo da pandemia afetou mais os brasileiros pobres, o que fez a desigualdade de renda proveniente do mercado de trabalho subir a um recorde histórico no primeiro trimestre de 2021, segundo levantamento do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). A série histórica teve início no quarto trimestre de 2012.

O Índice de Gini - indicador de desigualdade de renda - referente ao rendimento domiciliar per capita obtido do trabalho subiu a 0,674 no primeiro trimestre de 2021, ante 0,669 no quarto trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2020, quando a pandemia ainda não tinha afetado tão fortemente o mercado de trabalho no País, o resultado era mais baixo: 0,642. O Índice de Gini mede a desigualdade numa escala de 0 a 1. Quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda.

O primeiro trimestre de 2021 pode ser considerado "o pior ponto da crise social", segundo a FGV Social. No período, a renda média per capita despencou para o patamar mais baixo da série histórica, de R\$ 998, ficando abaixo de R\$ 1 mil mensais pela primeira vez. O resultado significa um tombo de 11,3% ante a renda média recorde de R\$ 1.122 alcançada um ano antes, no primeiro trimestre de 2020.

O estudo da FGV Social considera a renda efetivamente recebida do trabalho dividida por todos os integrantes da família, a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento calcula ainda o índice de bem-estar social, que combina as medidas de desigualdade de renda e do nível de renda da população. Após chegar ao primeiro trimestre de 2020 em R\$ 402, praticamente no mesmo patamar do início da série histórica, em 2012, houve um tombo ao longo da pandemia, descendo ao piso histórico de R\$ 324 no primeiro trimestre de 2021 - queda de 19,4% em relação ao patamar de um ano antes.

Os mais pobres perderam mais renda entre o primeiro trimestre de 2020 e o período equivalente de 2021. Enquanto a renda média geral caiu 10,89% em um ano, a metade mais pobre teve perda de 20,81%. "Em suma, a perda de ocupação foi a principal responsável pela queda de poder de compra médio dos brasileiros", escreve Marcelo Neri, diretor do FGV Social, em relatório.

**Instrução.** Os trabalhadores com menor nível de instrução

## LEILÃO DE TERRENO

### EM SÃO VICENTE/SP COM 59.080,17 m<sup>2</sup>

GRANDE OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO NO LITORAL DE SÃO PAULO




**LEILÃO JUDICIAL SOMENTE ONLINE**

1ª praça: 30/06/2021, às 11h00. Lance inicial: R\$ 57.644.675,00.  
 2ª praça: 22/07/2021, às 11h00. Lance inicial: R\$ 49.014.973,00.  
 Av. Tupiniquins, 504 (antiga Estrada Ponte Pensil-Boqueirão), Japuí, São Vicente/SP.



**SODRÉ SANTORO**

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSO O LEILÃO AGORA.



**Diferenças.** Renda média da metade mais pobre caiu 20,81%

foram os mais prejudicados pelo choque provocado pela pandemia no mercado de trabalho, confirmou um outro estudo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No primeiro trimestre de 2021, o número de horas trabalhadas pelos profissionais com ensino fundamental incompleto

**● Avaliação**  
**"Em suma, a perda de ocupação foi a principal responsável pela queda de poder de compra médio dos brasileiros."**  
**Marcelo Neri**  
 DIRETOR DO FGV SOCIAL

de despencou 12,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Por outro lado, as pessoas com ensino superior completo trabalharam 11,7% mais horas que no mesmo período do ano anterior.

O levantamento mostra perda no número de horas trabalhadas também para quem tinha o ensino fundamental completo (-6,0%) e ensino médio completo (-4,1%). As informações têm como base também os microdados da Pnad Contínua do IBGE.

O estudo faz parte do cálculo do Índice de Qualidade do Trabalho (IQT), que começa a ser divulgado pelo Ipea, combinando informações de mercado de trabalho com dados de escolaridade e experiência de trabalhadores. O objetivo é acompanhar a evolução da produtividade do trabalho no País.

"Com base nesse indicador, analisamos as mudanças de composição do trabalho no Brasil de 2012 a 2020, que apresentam um viés de melhora

mais acentuada nos momentos de crise econômica - período em que os trabalhadores menos qualificados estão mais expostos ao desemprego", explicou o Ipea, na Cartão Conjuntura divulgada ontem.

Houve crescimento médio de 2,31% ao ano na qualidade da população ocupada no mercado de trabalho brasileiro entre o segundo trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. O resultado tem influência da melhora no nível educacional da população em idade ativa, mas é também puxado pela saída acelerada de trabalhadores com grau de instrução mais baixo em períodos de crise econômica.

O Índice de Qualidade do Trabalho (IQT) cresceu 2,7% ao ano na comparação entre o primeiro trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016; já entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020, o aumento do impacto econômico provocado pela crise sanitária, o resultado foi de 11,9%.

## Inflação atinge mais quem ganha menos

R10

A alta nos preços de bens e serviços monitorados pelo governo, como energia elétrica, gás, combustíveis e medicamentos, fez a inflação dos brasileiros mais pobres encerrar o mês de maio quase duas vezes maior que a dos mais ricos, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda registrou aceleração de abril para maio em todas as faixas de renda. No entanto, a pressão foi maior entre as famílias mais pobres, com renda domiciliar inferior a R\$ 1.650,50: a variação dos preços passou de 0,45% em abril, para 0,92% em maio.

Entre as famílias de renda mais alta, que recebem mais de R\$ 16.509,66 mensais, a inflação saiu de 0,23% em abril, para 0,49% em maio. Entre os de renda média alta, com rendimento domiciliar mensal entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66, a inflação acelerou de 0,20% para 0,75% no período.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado pelo Ipea para fazer o cálculo da inflação por faixa de renda, encerrou o mês de maio com avanço de 0,83%, ante uma elevação de 0,31% em abril. O resultado foi o maior para o mês em 25 anos.

Os reajustes na energia elétrica (5,4%), tarifa de água e esgoto (1,6%), gás de botijão (1,2%) e gás encanado (4,6%) pressionaram especialmente o orçamento das famílias mais pobres. O avanço nos custos da habitação gerou uma contribuição de 0,42 ponto percentual para a inflação da mais baixa renda, o equivalente a 46% de todo o aumento de preços percebido por esse segmento de renda em maio.

"Ainda que em menor intensidade, o grupo saúde e cuidados pessoais também exerceu uma influência positiva sobre a inflação em maio. Se para as famílias de renda mais baixa a alta de 1,3% dos medicamentos foi o principal ponto de pressão, para as classes mais ricas esse papel coube ao reajuste de 0,67% do plano de saúde", apontou a técnica do Ipea Maria Andréia Parente Lameiras.

A inflação acumulada em 12 meses até maio foi de 8,91% para as famílias mais pobres, patamar bem acima dos 6,23% observados no segmento mais rico da população. **7 DA.**

15/06/2021

**Recursos disputados.** Embora as duas gigantes sejam hoje nomes de maior força, projeção é que o Nubank, que adquiriu a corretora Easynvest, ganhará força mirando investidores mais jovens; fatia de grandes instituições no capital investido deve cair nos próximos anos

# Com XP e BTG à frente, plataformas devem tirar mercado de grandes bancos

Fernanda Guimarães

Com a Selic em um dígito incentivando o aumento da diversificação das aplicações no País, as plataformas de investimento, que funcionam como um "marketplace" de fundos e outras opções alternativas à renda fixa, disputam uma corrida para garantir um lugar ao sol em um mercado que promete dobrar de tamanho em poucos anos. A projeção, considerada conservadora, é de que esse mercado poderá superar R\$ 160 bilhões em receitas até 2025.

Com um mercado em franca expansão, o palco engloba uma disputa aberta entre XP e BTG Pactual por escritórios de agentes autônomos. No entanto, há uma série de outros negócios que ocorrem paralelamente, como mostra a oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) recente do Modalmais. Além disso, há grande expectativa em torno da movimentação do maior banco digital do mundo em clientes, o Nubank, após a aquisição da corretora Easynvest.

Esse segmento fatura hoje mais de R\$ 70 bilhões por ano, segundo estimativas de mercado. A questão é que, mesmo com o crescimento das plataformas, que conseguiram tirar dos bancos tradicionais bilhões investidos pelos clientes, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal ainda concentram 80% dos recursos no País. Mas o domínio já foi maior, tendo chegado a 90%. Além desse montante, há cerca de R\$ 1 trilhão ainda na poupança — é um volume de dinheiro que salta aos olhos de quem

● **Renda variável**  
**3,7 milhões**  
é o número de pessoas físicas investindo em ações atualmente

**600 mil**  
era o patamar no fim de 2018

trantes nesse mercado. Segundo estudo do Morgan Stanley, elaborado em 2020, há cerca de 40 corretoras digitais no Brasil. Esse mercado vai continuar em um movimento de novos entrantes e de consolidação por fusões e aquisições.

"A combinação de ferramentas de autoatendimento fáceis de usar, taxas menores, requisitos mais baixos de investimento e uma oferta mais robusta de produtos permitiu que novos participantes desenvolvessem ofertas mais atraentes e completas", diz o relatório do Morgan Stanley. O crescimento desse mercado, na visão do banco, terá suporte nos próximos anos na migração de investimentos para ativos de maior risco — a participação desses ativos deve saltar de 10%, atualmente, para 40% até o fim da década.

AXP foi a primeira a perceber o vácuo deixado pelos grandes bancos. A corretora fez relacionamento com muitos ex-gerentes de bancos, que se tornaram agentes autônomos — esses profissionais se transformaram em seu principal pilar de crescimento. A XP passou a oferecer uma gama de produtos de diversas gestoras aos clientes, algo que era absolutamente distante da concorrência, que oferecia apenas os "produtos da casa", com um leque bem mais limitado. Para o Morgan Stanley, a XP deve se apropriar de 20% desse mercado em 2025 (veja gráfico).

**Patamar.** Hoje, o Brasil tem 3,7 milhões de pessoas físicas investindo em ações, ante 600 mil no fim de 2018. Esse crescimento, obviamente, aumentou o interesse pelo setor. Segundo Bruno Diniz, sócio da Spiralem, consultoria de inovação para o mercado financeiro, a "guerra" entre XP e BTG pelos agentes autônomos é só um capítulo dessa briga pelos novos investidores.

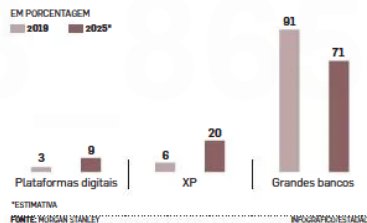
O Nubank, que recentemente anunciou ter alcançado a marca de 40 milhões de clientes e passou a ser avaliado em US\$ 30 bilhões, quer um pedaço desse



Trocando em miúdos. Nubank quer levar estilo de "finanças descomplicadas" dos cartões e contas para os investimentos

## GANHANDO TERRENO

● Expectativa é que a participação das plataformas digitais na gestão de investimentos no Brasil cresça nos próximos anos



mercado. Especialistas apontam que, se esse for seu foco, sua presença tem todo o potencial para crescer. "Eles podem trazer um toque diferente a esse mercado. Eles têm toda con-

dição de fazer isso, visto que possuem uma base fiel de clientes", diz Diniz.

Por isso, o Nubank tem cada vez mais musculatura e dinheiro para ser agressivo em suas

empresas. Acabou de anunciar, por exemplo, que o fundo Berkshire Hathaway, do megainvestidor Warren Buffett, comprou uma fatia da empresa por US\$ 500 milhões. Se já tivesse ações negociadas em Bolsa, o banco valeria hoje mais do que a XP, que é listada na Nasdaq, e não estaria longe do total do BTG.

Uma abordagem mais tecnológica, afirma Diniz, poderá trazer novos investidores, como fez nos Estados Unidos a corretora Robinhood: com um proposta de tornar as transações mais fáceis e mais próxima de games, a instituição trouxe investidores mais jovens ao mercado.

"Já liberamos mais de 40 milhões de clientes das complexidades financeiras e agora queremos fazer isso no setor de investimentos. Vamos replicar o modelo Nubank de levar simplicidade e eficiência para as pessoas, usando tecnologia e design", diz o líder da área de investimentos

do Nubank e CEO da Easynvest By Nubank, Fernando Miranda. Um dos focos, diz o executivo, é justamente o dinheiro "esquecido" na poupança.

Pelas beiradas, outro banco digital, o Inter, está mordendo um pedaço desse mercado e já mirou seu foco nos investidores fora do segmento "private", conta Felipe Bottino, que assumiu o comando da Inter Invest no começo deste ano. Um dos objetivos, sem prazo definido, é elevar o total de 1,5 milhão de clientes para 10 milhões de investidores.

Quem entende desse mercado diz que a concorrência vai aumentar. "A arena do mercado de investimento aumentou muito, e isso deve atrair novos players", diz o diretor de relacionamento e pessoas físicas da B3, Felipe Paiva. Para ele, a entrada dos bancos digitais no mundo dos investimentos tem tudo para ajudar o total de investidores em Bolsa a dar um novo salto.

# Bancos tradicionais se mexem e partem para aquisições no digital

Instituições como Bradesco, Credit Suisse, Itaú Unibanco e Santander investem em novas plataformas

Os bancos tradicionais não assistem parados ao ganho de poder das corretoras e dos bancos digitais. O Credit Suisse, tradicionalmente focado nos investidores mais abastados, investiu na plataforma Modalmais, que acaba de abrir seu capital. O Santander anunciou a compra do controle da Toro Investimentos, e o Bradesco repaginou a Agora, para reforçar sua plataforma 100% focada em pessoas físicas. Já o Itaú, que está se desfazendo de sua participação na XP, também tem se mexido para reforçar sua plataforma. Se no passado os bancos tinham no "menu" apenas produtos da casa, agora já têm uma prateleira diversificada.

No mercado, apesar de as rivais estarem se movimentando, o BTG é visto o único com mais

poder de fogo para engatilhar maior concorrência à XP e conseguiu armar uma estratégia para atrair os grandes escritórios de agentes de investimento, oferecendo a compra de uma fatia minoritária e ajuda para a empresa a se tornar corretora, modelo que atendia a uma demanda dos sócios desse segmento.

Dona da liderança desse mercado, a XP também tem reagido. Fez propostas de sociedade a escritórios de agentes autônomos que querem virar corretora, reagindo a movimentos do BTG sobre seus parceiros. A XP afirma, porém, que, quando um escritório sai de sua base, apenas 20% dos recursos sob gestão migram com ele.

**• Ebulição**  
"Conseguimos entender o tamanho da oportunidade (no setor de investimentos) para morder um pedaço dessa pizza."  
**Marcelo Flora**  
EXECUTIVO DO BTG

O diretor executivo de gestão e estratégia da XP, Gabriel Leal, afirma que a trajetória da XP escancarou o valor desse mercado e é natural que essa visibilidade traga maior competição. "Nos começamos de fato esse mercado e ele ainda tem oportunidades enormes. A concentração nos grandes bancos diminuiu, mas ainda é de cerca de 80%", comenta. Para fazer frente à competição crescente, uma das ofensivas tem sido a de agregar produtos bancários aos clientes, como conta digital e cartões. "A ideia é ter uma instituição financeira completa."

**Máquina de aquisições.** Depois de fechar dez aquisições para fortalecer sua plataforma de investimento e captar mais R\$ 3 bilhões em uma oferta de ações, a terceira em um ano, o BTG Pactual seguirá analisando oportunidades no mercado para crescer, mas os grandes movimentos já ocorreram, segundo o sócio da instituição financeira Marcelo Flora, responsável pela plataforma do BTG.



Inovação. Bradesco separou estrutura do banco digital Next

"Estamos olhando muita coisa, temos um pipeline muito forte, mas a gente tende, naturalmente, a ser mais seletivo", explica Flora. Além de ter atraído grandes escritórios de agentes autônomos antes plugados à XP, há duas semanas o banco fechou a compra da Univers,

dona da casa de análise Empiricus e da gestora Vitreo.

Para o executivo, o potencial do mercado de investimento ainda está no início. "Conseguimos entender o tamanho da oportunidade para morder um pedaço dessa pizza", diz Flora, lembrando que o banco inves-

tiu R\$ 1 bilhão em tecnologia para aproveitar o boom do mercado. "Acho que conseguimos entender que havia uma mudança macro, uma mudança de placas tectônicas que por um conjunto de razões poderia tornar nosso ambiente de negócios mais favorável."

**Apetite.** Mesmo que a disputa mais notória entre XP e BTG tenha estado no centro das atenções, outras plataformas surgem com novas propostas. Nesse grupo está a sim-paul, lançada em dezembro. A ideia, segundo João Silveira, cofundador e presidente da empresa, foi trazer algo diferente ao mercado, com mais transparência na remuneração do cliente e uma relação mais vantajosa para os assessores de investimento, frisa o executivo, que é ex-presidente da PAR Corretora de Seguros e da Wiz Soluções.

No modelo da empresa, a receita gerada para a plataforma pelo consultor é transformada em pontos que podem ser trocados por ações da companhia em um evento de liquidez, nas mesmas condições dos controladores. Tal evento de liquidez pode ser, por exemplo, uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). "Estamos no início de uma revolução do mercado financeiro", afirma Silveira, f.e.

# Oposição quer se diferenciar de motociata e aumenta convocação para protestos

Líderes na esquerda minimizam ato pró-Bolsonaro e rechaçam disputa sobre qual lado mobiliza mais manifestantes nas ruas

Joelmir Tavares e  
Carolina Linhares

**SÃO PAULO** Responsáveis pela manifestação nacional contra Jair Bolsonaro (sem partido) marcada para sábado (19) descartaram mudanças no planejamento dos protestos como resposta ao ato de motociclistas que teve a presença do presidente, no último sábado (12), em São Paulo.

Puxada por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, a mobilização que pede impeachment, vacinas contra a Covid-19 e auxílio emergencial de R\$ 600 manteve o discurso da convocação anterior, de 29 de maio, e rejeitou comparações com as iniciativas bolsonaristas.

Os grupos ligados majoritariamente ao campo da esquerda prepararam novas passeatas em meio ao avanço da pandemia que já deixou mais de 488 mil mortos no país. Ao mesmo tempo, a vacinação segue ritmo lento, com menos de 15% da população adulta imunizada com a segunda dose.

A motociata com Bolsonaro no fim de semana reuniu cerca de 12 mil motos, segundo o governo paulista, e foi festejada por entusiastas do presidente como uma demonstração de força e popularidade. Segundo pesquisa Datafolha de maio, ele tem a pior avaliação de seu mandato, com 24% de aprovação.

reúne as maiores multidões.

Bolsonaro e aliados buscaram tachar os eventos como gesto de apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas para 2022. Para se contrapor a essa associação, o petista não se juntou às marchas nem convocou seus seguidores, embora líderes da sigla tenham comparecido.

O diretório nacional do PT aprovou nesta segunda-feira (14) a decisão de participar formalmente da convocação para sábado. A posição do partido é que só a pressão das ruas pode fazer o impeachment andar. Lula disse que avalia gravar um vídeo convidando manifestantes para os atos, mas isso não está definido.

A expectativa dos organizadores é que os protestos atraiam público maior e mais diverso, depois da entrada de novas forças na mobilização, como as principais centrais sindicais e setores de partidos como PDT, PSB e Rede. Além do PT, já estavam engajadas siglas como PSOL e PC do B.

Grupos mais ao centro, como o movimento Acredito, que prega renovação política, também aderiram. Por outro lado, MBL (Movimento Brasil Livre) e VPR (Vem Pra Rua), que tiveram influência em mobilizações de direita contra governos do PT e hoje se opõem a Bolsonaro, são refratários à participação.



Teve, por parte dos bolsonaristas, a ideia de que foi uma grande motociata, mas, da perspectiva racional, foi um fiasco. A gente sabe que eles esperavam muito mais

**Danilo Pássaro**  
membro do movimento Somos Democracia



Não queremos fazer campeonato de quem leva mais gente para a rua. Que pauta o presidente levou para essa atividade? Qual é a reivindicação política que apresentaram ao Brasil? Nenhuma

Nacional Fora, Bolsonaro.

Porta-vozes de organizações minimizaram a motociata e a classificaram como ato eleitoral, mas admitem ser demonstração de que o presidente consegue mobilizar sua base de apoio.

Detratores de Bolsonaro buscam ainda desestimular as comparações porque, segundo eles, é de interesse dos apoiadores do presidente instalar o clima de briga por um suposto controle das ruas.

Danilo Pássaro, do movimento Somos Democracia, diz que nada muda na organização para sábado. "Até porque teve, por parte dos bolsonaristas, a ideia de que foi uma grande motociata, mas, da perspectiva racional, foi um fiasco. A gente sabe que eles esperavam muito mais", diz.

"Moto chama atenção, e, nesse sentido, Bolsonaro soube criar um fato político", completa. Para Danilo, que liderou passeatas de oposição com torcidas organizadas em 2020, cabia naquela época uma disputa sobre qual lado entusiasmava mais pessoas, por haver uma divisão na sociedade.

Agora, com a popularidade do presidente em baixa, o agravamento da pandemia e as revelações da CPI da Covid, ele diz que "existe um consenso maior sobre o quão trágico é o governo Bolsonaro".

Raimundo Bonfim, coordenador da Central de Movi-

A oposição, que se organiza para voltar às ruas em passeatas como as que atraíram milhares de pessoas em 210 cidades do Brasil e em 14 países, sustenta o discurso de que não se trata de de uma iniciativa de caráter eleitoral nem competição para ver qual campo

*Continuação da pág. A4*

“Não queremos fazer campeonato de quem leva mais gente para a rua. Que pauta o presidente levou para essa atividade? Qual é a reivindicação política que apresentaram ao Brasil? Nenhuma”, afirma.

Organizadores esperam repetir ou ampliar a adesão vista em 29 de maio. Até esta segunda-feira, estavam confirmados 180 atos, muitos em cidades do interior. Parte dos municípios terá mais de uma atividade. Também estão previstas carreatas. Na rodada anterior, todas as 27 capitais tiveram protestos.

Segundo João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, os atos se somarão a ações das centrais sindicais com trabalhadores na sexta (18) e tendem a continuar. “A situação se agrava. A vacinação vai aumentar a ação de rua, por isso o boicote de Bolsonaro à vacina é um ato político”, diz.

A avaliação é a de que as marchas que pedem a saída do mandatário e criticam o governo pela atuação na pandemia têm como foco pressionar instituições como o Congresso Nacional para abrir o impeachment, embora, nos bastidores, haja um clima de ceticismo com o desenrolar imediato do processo.

“Não vamos transformar o nosso movimento em palanque para eleições. O que queremos aqui é colocar o Bolsonaro para fora. Depois disso, vamos fazer a disputa no processo eleitoral”, disse Rogério Nunes, secretário da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

A realização está a cargo de frentes como o Povo sem Medo, a Brasil Popular e a Coalizão Negra por Direitos, que reúnem centenas de entidades do chamado campo progressista. Todo o trabalho ficou centralizado em um fórum batizado de Campanha

**Raimundo Bonfim**  
coordenador da Central de Movimentos Populares

mentos Populares, compartilha a avaliação de que a motociata ficou aquém do esperado e diz que os atos do presidente não são comparáveis com os de oposição, em termos de bandeiras e de rigor com as normas sanitárias.

*Continua na pág. A5*

ra, é a de respeitar todos os protocolos recomendados por médicos e especialistas para diminuir o risco de contágio. As convocações reforçam a obrigatoriedade do uso de máscara (preferencialmente do tipo PFF2) e o incentivo ao distanciamento social.

A máscara foi usada pela grande maioria dos manifestantes, mas houve registros de aglomeração em vários locais. Segundo a organização, as orientações de higiene serão reforçadas, assim como o pedido para que pessoas mais vulneráveis e com sintomas da doença não compareçam.

Um grupo de ciclistas em São Paulo está planejando promover também no sábado o evento Ciclistas pela Democracia, que partirá da avenida Paulista. Na divulgação, o passeio é descrito como iniciativa “em defesa da democracia e da civilização contra a barbárie”. Será obrigatório usar máscara.

## Promotoria decide investigar líderes de ato bolsonarista

**SÃO PAULO** O Ministério Público de São Paulo instaurou, nesta segunda (14), um inquérito civil para investigar Jackson Vilar e demais organizadores da motociata de Jair Bolsonaro, no último sábado (12).

Com base em reportagens e imagens do evento, o Minis-

tério Público aponta que Bolsonaro e seus apoiadores deixaram de cumprir normas sanitárias, sobretudo o uso de máscara, procedimento classificado pelo promotor de Justiça Arthur Pinto Filho como “o mínimo civilizatório em tempos pandêmicos”.

“O presidente da República agiu como sempre age no país, desrespeitou regras vigentes de trânsito (consta que sua moto estava com a placa coberta e o mandatário máximo do país se utilizou de capacete irregular), violou lei federal e decretos estaduais que têm como objetivo minorar os efeitos da pandemia, vituperou contra máscaras de proteção facial, distanciamento social”, diz o promotor.

Pinto Filho ressalta que não cabe a ele a investigação do presidente, mas a de organizadores e apoiadores sem foro especial — que também agiram contra as regras do Ministério da Saúde e obrigatórias, como o uso de máscara, determinado por decreto estadual.

O promotor determinou que o procedimento seja enviado ao Ministério Público Federal para que o órgão tome as medidas que julgar necessárias em relação às autoridades com foro.

O governo João Doria (PSDB) autuou Bolsonaro por não usar máscara. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, também foram autuados. O Governo de SP diz que equipes da Saúde e Segurança Pública flagraram os três sem máscara. O valor da autuação é de R\$ 552,71.



A decisão de fazer o chamado para o dia 29 encerrou um dilema que ganhou corpo na esquerda nos últimos meses: como convocar protestos de rua em meio às altas taxas de transmissão da Covid-19 sem incorrer na mesma irresponsabilidade que era denunciada nos atos bolsonaristas.

O racha foi superado diante do diagnóstico, feito por líderes do chamado campo progressista, de que a superação das crises sanitária, econômica, institucional e política é inviável com Bolsonaro no poder. As passeatas se converteram no maior protesto contra o governo na pandemia.

A ordem geral, mantida ago-



**O presidente da República agiu como sempre age no país, desrespeitou regras vigentes de trânsito [...], violou lei federal e decretos estaduais que têm como objetivo minorar os efeitos da pandemia**

**Arthur Pinto Filho**  
promotor de Justiça

Para identificar demais organizadores, além de Jackson Vilar, o promotor determinou que a Polícia Militar forneça os nomes e endereços das pessoas que participaram de reunião de organização do ato.

Vilar é presidente de uma das entidades organizadoras, a Embaixada do Comércio. Dono de uma loja de móveis no bairro do Capão Redondo, ele teve de prestar esclarecimentos à polícia em março, após ter liderado um protesto em frente à casa de Doria contra as restrições ao comércio.

Procurado, Vilar afirmou apenas que o Ministério Público "é um órgão sério" e que "acredita nele". CL

15/06/2021

# Telegram apresenta risco de enxurrada de fake news em 2022

Estudo da UFMG aponta multiplicação de apoiadores de Bolsonaro no app, que não coopera contra desinformação

Patricia Campos Mello

SÃO PAULO Grupos e canais políticos no Telegram tiveram crescimento explosivo no Brasil desde 2020, e o aplicativo deve ser um dos principais veículos de desinformação na eleição de 2022, alertam especialistas e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Um estudo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) mapeou os principais grupos e canais de discussão política no aplicativo.

Segundo o levantamento, 92,5% dos usuários que seguem temas políticos estão em grupos e canais bolsonaristas (total de 1,443 milhão de membros), 1% em grupos e canais de esquerda (principalmente de apoio ao ex-presidente Lula e ao presidente eleito Jair Bolsonaro, com 15.956 membros) e 6,5% em grupos e canais indefinidos (100.199).

O volume mensal de mensagens nos grupos monitorados saiu de 21.805 em janeiro de 2020 para picos de 98.526 em maio de 2020 e 145.340 em janeiro de 2021 —aumento de 566% no período de um ano.

Embora o WhatsApp conti-

gram na eleição de 2020. Mas a empresa tem como bandeira não cooperar com governos e só moderar conteúdo ligado a terrorismo — por exemplo, de facções como o Estado Islâmico.

A Folha não obteve resposta do Telegram após contatos com a área de imprensa no canal indicado no site da empresa.

“Estamos muito preocupados. O Telegram pode ser um grande elemento de desestabilização na eleição de 2022”, diz Thiago Tavares, presidente da SaferNet, entidade de segurança cibernética.

“O aplicativo é terra sem lei, porque não tem as limitações do WhatsApp e não aplica políticas de integridade —pode ser usado para espalhar desinformação que seria penalizada em outras plataformas.”

A empresa não divulga dados por país, mas anunciou que o número global de usuários ativos mensais chegou a 500 milhões em janeiro, crescimento de 180% em relação a 2018. O WhatsApp tem 2 bilhões de usuários mensais. No Brasil, onde os últimos dados são de 2017, estima-se que tenha 140 milhões de usuários.

chave e busca de links para o Telegram em outras plataformas.

Os canais políticos com maior número de inscritos, após o de Jair Bolsonaro, são do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, da deputada Carla Zambelli (PSL-SP), o canal Jair Bolsonaro, eu Apoio!, os do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), do influenciador bolsonarista Bernardo Küster, do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), Eu sou de Direita e o grupo Exército do Bolsonaro.

Entre os grupos com maior volume de mensagens estão Bolsonaro Presidente, Direita Rio de Janeiro, Revista DireitaBR, DeusAcimaDeTodos.com e Contra a Censura!.

O Telegram permite o uso de robôs, como contas automatizadas usadas para dar boas-vindas a novos inscritos em canais. Mas há indícios também de uso de automação não autorizada —o estudo aponta contas que mandam um número enorme de mensagens, apesar de não terem classificação oficial de robô.

Os principais domínios compartilhados são de ou-

nue sendo o serviço de mensagens criptografadas mais usado no país, o Telegram desperta preocupação porque não tem escritório no Brasil, não modera conteúdo nem adota medidas para evitar viralização de desinformação. O app é baseado em Dubai (Emirados Árabes) e tem representação legal no Reino Unido.

Além disso, o Telegram é a única das principais plataformas que não coopera com o TSE para combater campanhas de fake news.

Enquanto grupos do WhatsApp têm no máximo 256 membros, os do Telegram têm até 200 mil — e os canais, que funcionam como listas de transmissão, não têm limite de integrantes. O canal verificado do presidente Jair Bolsonaro tinha 145 mil membros em janeiro e, agora, tem 705 mil.

“O Telegram facilita a disseminação de mensagens para grupos enormes, e os dados mostram que o aplicativo pode ser bastante explorado nas campanhas de desinformação em 2022”, diz Fabrício Benevenuto, professor de ciência da computação da UFMG e coordenador do estudo.

“Detectamos que grande parte do conteúdo circulado no Telegram depois vai para o WhatsApp e redes sociais.”

As 15 mensagens de texto mais visualizadas nos grupos políticos do app eram links que levavam a vídeos favoráveis ao governo. Uma delas, visualizada por 330.865 pessoas, era um link para vídeo do canal do vereador Carlos Bolsonaro intitulado “A VERDADE ESTABELECIDADA SOBRE A COVID. Será que sai na tv que quer matar seu país?”.

Segundo Benevenuto, os picos de volume de mensagens coincidem com episódios com implicações políticas. O primeiro foi em maio de 2020, com o agravamento da pandemia e o acirramento nos confrontos entre o presidente Jair Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal e governadores — que culminaram em protestos a favor do fechamento do STF e do Congresso.

Já em janeiro de 2021, o segundo e maior pico, houve dois episódios. O então presidente americano Donald Trump foi banido de Twitter e Facebook após seus apoiadores invadirem o Capitólio para contestar o resultado eleitoral. Segundo as plataformas, o republicano usou as redes para fazer incitação à violência e questionar a integridade eleitoral, que são violações às normas de comunidade.

Trump e a extrema direita dizem que são perseguidos e censurados pelas grandes empresas de internet, e lideraram uma migração para plataformas que não moderam conteúdo, como Telegram, Parler, Gab, Bitchute e Rumble.

Após a invasão do Capitólio, Bolsonaro criticou o Twitter e o Facebook por suspenderem Trump e conclamou seguidores a se inscreverem em seu canal no Telegram.

Na época, o WhatsApp anunciou globalmente mudanças em sua política de privacidade e pediu para que usuários autorizassem compartilhamento de certos dados com o Facebook, dono do aplicativo de mensagens.

O anúncio gerou um êxodo de usuários, que temiam violação de privacidade e

tras plataformas, como YouTube, Twitter, Instagram, Pinterest e Facebook, seguidos de sites que são apontados por checadores como disseminadores de desinformação, como Jornal da Cidade Online, Terra Brasil Notícias, Conexão Política e Gazeta Brasil.

“Nossas análises mostram um volume expressivo de usuários brasileiros associado a uma grande mobilização política encampada por grupos e canais de extrema direita, além de influenciadores e autoridades” diz o estudo.

Segundo os autores, o fato de os grupos de Telegram terem milhares de usuários a mais do que os de WhatsApp “fornecem as condições ideais para o abuso de campanhas de desinformação dentro do Telegram em eleições futuras”.

Após uma onda de linchamentos na Índia em 2018 e a avalanche de desinformação na eleição presidencial brasileira no mesmo ano, o WhatsApp começou a implementar mecanismos de “fricção”, para desestimular os usuários a encaminhar mensagens que estejam viralizando.

No Telegram, só é possível encaminhar uma mensagem a um usuário, grupo ou canal por vez — no entanto, os grupos têm até 200 mil membros e os canais não têm limite.

O aplicativo foi adotado por líderes de direita no mundo, que se consideram perseguidos por causa das restrições que as plataformas vêm fazendo — entre eles, o presidente turco, Recep Erdogan, e Binyamin Netanyahu, que deixou o cargo de premiê israelense.

A UFMG criou em junho de 2018 o WhatsApp Monitor, que monitora campanhas de desinformação em grupos do aplicativo de mensagens, e vai lançar o Telegram Monitor, com o mesmo objetivo.

O TSE já tentou contato com o Telegram para parcerias como as fechadas com Facebook, WhatsApp, YouTube, Google, TikTok e Ins-

migraram para apps como o Telegram, o mais baixado do mundo nas lojas da Apple (iOS) e Google (Android) em janeiro.

Para o estudo da UFMG, os pesquisadores coletaram 1.405.997 mensagens de 122 grupos e canais políticos, com dados entre janeiro de 2018 e abril de 2021. Para mapear os grupos e canais, fizeram pesquisa de palavras-

Em seu canal, o fundador do Telegram, o russo Pavel Durov, diz que o app “acolhe o debate político de todos os lados do espectro político”, mas promete agir rapidamente para “impedir pessoas que incitam pessoas a agredir outros”.

“Para nós, o Telegram é uma ideia, a de que todos no planeta têm o direito de serem livres.”

15/06/2021

## Remoção de seguidores dá gás a decreto sobre controle de redes

Fábio Zanini e Mateus Vargas

**SÃO PAULO E BRASÍLIA** Após a remoção de milhares de contas do Twitter, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro e membros do governo passaram a cobrar a publicação de decreto que limita a atuação das redes sociais, considerado ilegal por especialistas.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do chefe do Executivo, reclamou nesta segunda-feira (14) que perdeu mais de 15 mil seguidores, "sem qualquer explicação", e disse que o governo precisa urgentemente colocar em vigor a nova regra.

"Isso não é interferência na área privada. Quando um empregador usa mão de obra escrava, que é também uma violação das liberdades, e é pu-

nido por isso, ninguém vê aí uma interferência na atividade privada", escreveu Eduardo, no Instagram.

O Twitter disse que apenas suspendeu contas com "comportamentos suspeitos" para que estes usuários confirmem dados como senha ou número do celular.

"Até que cumpram essa etapa de confirmação, as contas ficam temporariamente desabilitadas, com funcionalidades limitadas, e deixam de entrar no cálculo para contagem de seguidores. Isso significa que esse número pode oscilar quando fazemos essas checagens regulares globalmente", afirmou o Twitter, em nota.

"Está acontecendo um ataque aos usuários do Twitter de postura conservadora. Estamos retirando milhares de se-

guidores desses usuários. Deve ser uma ação de hackers. É importante reagir a isso. Peço aqueles que me seguem que reafirmem sua decisão clicando no botão 'seguir'. E dando RT", afirmou o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), apontado como chefe do "gabinete paralelo" da Covid no governo Bolsonaro.

O deputado estadual Gil Diniz (PSL-SP) escreveu: "Twitter acaba de retirar mais de 8 mil seguidores dessa conta. Impressionante o que as Big Techs vem fazendo quando o assunto é censura e boicote".

As queixas de direitistas sobre uma suposta perseguição do Twitter não são novas, mas é raro que tantos se manifestem assim de maneira simultânea.

A explicação dada pelo Twitter pode fazer sentido do pon-

to de vista técnico, mas o fato de os principais alvos serem ligados à direita bolsonarista não ajudará em nada a mudar a opinião deles sobre a rede social, que é a pior possível.

No universo de direita, o Twitter, que tem um passarinho azul como símbolo, é chamado de "red bird" (passaro vermelho), no Brasil e em diversos países.

A chiadeira da direita contra redes sociais, as chamadas "big techs", é ampla, incluindo também Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp. Todas rotineiramente excluem conteúdo considerado falso ou que contém discurso de ódio, o que aumentou durante a pandemia.

Por isso, são acusadas pelos conservadores de serem parte de uma conspiração progressista global que "censura" vo-

zes divergentes.

O fato é que, ainda que tenham migrado para plataformas mais amigáveis aos conservadores, como o Parler, os influenciadores direitistas não conseguiram até o momento criar uma alternativa que gere engajamento similar ao das redes sociais existentes.

O texto em discussão no governo, como mostrou a Folha, impede que as companhias retirem informações do ar somente por julgarem que as próprias políticas foram violadas pelos usuários. A ideia é que a exclusão de contas e publicações só ocorra por decisão judicial ou em casos de violações ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e de alguns crimes.

O secretário de Cultura, Mário Frias, também defendeu o controle das big techs após

perder seguidores. "Isso só mostra a necessidade de regras públicas de controle, que garantam a liberdade e os direitos dos nossos cidadãos", afirmou Frias, no Twitter.

Aliados de Bolsonaro dizem que levaram reclamações ao Planalto sobre restrições de conteúdos em redes sociais. Eles e o presidente temem entrar na disputa eleitoral de 2022 com as suas redes limitadas pelas políticas de uso de redes como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.

Dentro do governo, porém, o decreto é visto com ressalvas. A própria consultoria jurídica do Ministério do Turismo, que abriga a Cultura, sugeriu que o texto seja apresentado como um projeto de lei ou MP (medida provisória), para evitar contestação jurídica.

# Incentivo para consumo de luz fora do horário de pico pode começar em julho



Medida para evitar racionamento deve abranger todos os tipos de consumidor, de empresas a famílias

Julio Wiziack e Nicola Pamplona

**BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO** O programa de deslocamento do consumo de energia nos horários de pico pode começar em julho e incluir consumidores residenciais, além da indústria. Nesta segunda-feira (14), o MME (Ministério de Minas e Energia) se reuniu com grandes consumidores para discutir as bases do plano.

A ideia é oferecer algum incentivo na conta de luz, como desconto na tarifa ou créditos futuros. "O modelo ainda está em discussão e exigirá arranjos técnicos e jurídicos para ser implementado", disse à Folha o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

A proposta é parte do pacote de medidas para enfrentar a pior seca da história sobre os reservatórios de hidrelétricas na região Sudeste, que já incluiu a contratação adicional de térmicas e revisões nas restrições de vazões de usinas hidrelétricas.

Na reunião nesta segunda, associações que representam os grandes consumidores de eletricidade apresentaram ao governo propostas de estímulo da redução do consumo ou deslocamento para horários de menor demanda.

Uma das sugestões é que as próprias empresas apresentem ao governo um cronograma prévio com o montante de energia a ser poupado durante determinado período. Dessa forma, elas podem planejar melhor sua produção para evitar queda de atividade.

Em outra frente, grandes consumidores podem se voluntariar a ter o consumo reduzido por determinação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) nos momentos em que a demanda estiver elevada.

Nos dois casos, a economia não seria obrigatória. A ideia é recompensar as empresas que aderirem ao programa. O valor dos descontos ou créditos ainda não é definido, mas a indústria defende que o cálculo tenha como parâmetro seja o custo das térmicas que seriam acionadas para atender a essa demanda.

Atualmente, existem barreiras para que esses pagamen-



Reservatório da usina de Água Vermelha (MG), no rio Grande, em níveis baixos. Eduardo Anzelli - 2.jun.21/Folhapress

tos sejam feitos automaticamente. De acordo com o ministro, para isso, será preciso editar novas normas para permitir que "a sistemática de compensação seja rápida".

O deslocamento da demanda de energia é uma medida defendida por especialistas no setor elétrico, que temem apagões nos horários de maior consumo durante o segundo semestre, quando os reservatórios estarão ainda mais baixos.

"A preocupação é chegar a novembro com quedas [d'água] muito pequenas e pouca água nos reservatórios, o que torna muito provável que comecemos a ter apagões", disse em entrevista à Folha Jerson Kelman, que liderou o grupo que investigou o racionamento de 2001.

No inverno, o horário de pico ocorre no início da noite, quando as pessoas terminam de trabalhar e o uso de chuveiro elétrico é maior. No verão, há um pico também no início da tarde, pelo elevado uso de ar condicionado.

Por enquanto, o governo tem conversado apenas com os maiores consumidores industriais. Representantes de outros segmentos disseram à Folha não terem sido ainda convocados para tratar do tema.

No setor têxtil, a principal preocupação no momento é a elevação do preço da energia, disse o presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel. "Do ponto de vista prático, estamos tendo impacto de custo, o que já está

## A caixa-d'água do setor elétrico



Principais reservatórios

Reservatório	Volume útil, em %*
<b>Rio Grande</b>	
Mascarenhas de Moraes	49,52
Furnas	34,57
Marimbondo	8,93
Água Vermelha	8,14
<b>Rio Paranaíba</b>	
Batalha	47,93
Serra do Fação	28,81
Emborcação	21,67
Nova Ponte	15,68
São Simão	11,27
Itumbiara	10,21
<b>Rio Paraná</b>	
Ilha Solteira	47,03

Nível dos reservatórios do subsistema Sudeste Centro-Oeste, em %



\*No domingo (13 jun.) \*\*Média dos meses de abril. Fonte: ONS

gerando novas iniciativas de eficiência energética."

Pimentel diz, porém, que há pouca margem para o deslocamento do consumo nessa indústria, já que os segmentos que têm maior uso de energia já costumam trabalhar em três turnos.

Entre os fabricantes de vidro, há grande preocupação com a parada para manutenção no sistema de Mexilhão, da Petrobras, um dos principais produtores de gás natural do país. Com a elevada demanda das térmicas pelo combustível, os empresários temem impactos no fornecimento.

"Falta clareza ainda", diz o superintendente da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro), Lucien Belmonte. "As conversas estão apenas começando. E esse é o momento em que todo o mundo fica mais inseguro."

O governo cogita também intensificar campanhas de uso consciente da energia na internet, no rádio e na TV para consumidores residenciais, em mais um esforço para tentar evitar o racionamento.

Além disso, já autorizou o acionamento de toda a capacidade térmica disponível no sistema e a busca por usinas que não têm contrato, para que também contribuam com o aumento da capacidade de geração durante o inverno mais seco.

A vazão de água que chega aos reservatórios é a pior entre os meses de setembro a maio desde 1931, segundo dados do SIN (Sistema Interligado Nacional). Não há previsão de

chuvas no segundo semestre.

Em maio, o SNM (Sistema Nacional de Meteorologia) decretou estado de emergência hídrica para a região hidrográfica da bacia do Paraná, que abastece primordialmente as usinas do Sudeste.

Diante desse quadro, o Ministério de Minas e Energia criou um grupo interministerial de trabalho que vem discutindo medidas para garantir o fornecimento de energia.

Uma das primeiras foi o acionamento das termelétricas, que vêm produzindo a R\$ 1.500 o MWh (megawatt-hora). O consumidor já vem pagando essa conta por causa da falta de água nos reservatórios das hidrelétricas, mais baratas.

O problema é que a entrega da energia por esse parque gerador está abaixo do necessário. A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) constatou que, desde 2015, a taxa de indisponibilidade dessas usinas vem subindo. Isso ocorre, por exemplo, em razão de longos períodos de manutenção.

Em 2020, quando o Brasil teve a pior seca da história, térmicas a diesel, por exemplo, ficaram indisponíveis, em média, 23% do tempo. No caso das térmicas a óleo combustível, a indisponibilidade foi de 26% do período pago. Nas usinas a gás e carvão, 19%.

Cálculos do Idex (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) indicam que a conta chega a R\$ 8,7 bilhões por ano, considerando os projetos que já poderiam ter o contrato rompido por passarem mais tempo do que o permitido sem gerar energia.

Por isso, com o acirramento da seca, a ideia que ganhou prioridade é o deslocamento do consumo em horários de pico — forma de evitar que todos os consumidores elevem seu consumo ao mesmo tempo.

A situação é diferente de 2001, quando o país não tinha um parque térmico e o sistema de transmissão não era tão interligado. Sem água nos reservatórios, a única opção ao apagão foi decretar um plano compulsório de economia de energia.

Os brasileiros foram obrigados a reduzir o consumo em 20% sob pena de multas e até corte no fornecimento em caso de reincidência. O racionamento foi um dos fatores que contribuíram para a derrota do PSDB, partido do então presidente, e a vitória de Lula nas eleições de 2002. Leia mais na pág. A14

15/06/2021

# Renda média no país cai abaixo de R\$ 1.000 pela 1ª vez em 10 anos

Desigualdade no mercado de trabalho alcança nível  
recorde sob reflexo da pandemia, aponta estudo

Leonardo Viecelli

**RIO DE JANEIRO** Com o impacto da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho, a desigualdade alcançou nível recorde no país. Ou seja, a diferença que separa os ganhos de ricos e pobres ficou ainda maior durante a crise sanitária.

Os dados integram a pesquisa "Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia", divulgada nesta segunda-feira (14) pelo centro de estudos FGV Social. O levantamento considera estatísticas desde 2012.

## Impactos da pandemia

### Desigualdade em alta

Índice de Gini varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país

1º tri.13	0,615
1º tri.14	0,612
1º tri.15	0,610
1º tri.16	0,620
1º tri.17	0,628
1º tri.18	0,635
1º tri.19	0,642
1º tri.20	0,642
1º tri.21	0,674

O salto na desigualdade é medido pelo índice de Gini. Na escala de Gini, zero significa igualdade de renda. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Na prática, uma alta no indicador sinaliza piora nas condições socioeconômicas.

No primeiro trimestre de 2020, fase inicial da pandemia, o índice estava em 0,642. Os cálculos levam em conta a média móvel de quatro trimestres.

No primeiro trimestre deste ano, o indicador alcançou a marca de 0,674, a maior da série analisada.

“A literatura considera esse movimento um grande salto de desigualdade”, aponta o estudo assinado pelo economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O pesquisador reforça que a Covid-19 agravou um quadro que já preocupava antes de 2020: o aumento da desigualdade, que antes já vinha crescendo devido aos impactos da recessão de 2015 e 2016 no mercado de trabalho.

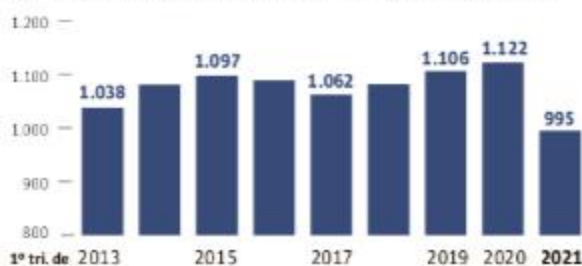
“A situação piorou agora. A pandemia veio em um momento de fragilidade trabalhista”, ressalta Neri.

“O resultado é pior do que uma década perdida. Andamos para trás”, acrescenta.

A pesquisa do FGV Social ainda mostra que a renda média do trabalho também ficou imune aos pre-

#### Renda média em baixa

Ganhos com trabalho despencaram na pandemia, em R\$



Fonte: FGV Social

juízos da Covid-19.

Conforme o estudo, o indicador despencou ao menor nível desde o começo da série histórica. O levantamento analisa microdados da Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No primeiro trimestre de 2020, a renda média per capita havia alcançado o maior ponto da série: R\$ 1.122. Mas, com a crise, desabou 11,3%, para R\$ 995 em igual período de 2021.

Além do menor patamar da série, é a primeira vez que a renda fica abaixo de R\$ 1.000. O cálculo é uma média móvel de quatro trimestres.

Apesar de a pandemia ter prejudicado diferentes grupos no mercado de trabalho, os mais pobres sentiram mais os impactos negativos, frisa Neri. Isso acabou elevando a desigualdade.

Sem a média móvel, a renda individual do trabalho caiu 10,89% no primeiro trimestre de 2021 em relação a igual período do ano passado. Entre os mais pobres, a baixa foi ainda maior, de 20,81%.

“Houve uma piora. O bolo de renda diminuiu, e diminuiu mais para os mais pobres”, descreve Neri.

O pesquisador ressalta que a melhora da situação depende do combate à pandemia. Nesse sentido, conclui, o avanço da vacinação contra a Covid-19 é peça necessária para permitir a retomada de atividades econômicas e volta segura ao trabalho.

“A vacina é fundamental para recuperarmos nível de normalidade. Vivemos um cenário de perdas tão grandes que se espera uma melhora depois”, diz.



## Classe média é a que mais sente o peso da inflação em 2021, afirma Ipea

**RIO DE JANEIRO** Ao longo deste ano, as famílias da classe média sentiram o maior impacto da alta de preços de produtos e serviços no país. De janeiro a maio, a inflação subiu 3,46% para esse grupo, cuja renda domiciliar é calculada entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83 por mês.

O avanço é o maior entre as seis faixas de rendimento analisadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo, com dados até maio, foi divulgado nesta segunda-feira (14).

O resultado reflete uma combinação de recentes aumentos em produtos e serviços com grande peso na cesta de consumo da classe média, diz Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

Nesse caso, pesaram os aumentos nos preços de itens

ao ano passado, o que impediu um impacto ainda maior no orçamento de quem tem menos dinheiro. A comida ficou mais cara principalmente ao longo do ano passado.

Sinal disso é que, no acumulado de 12 meses, os mais pobres seguem sentindo a principal alta de preços.

Nesse tipo de recorte, a parcela com renda muito baixa registrou inflação de 8,91% até maio. A pesquisa do Ipea destaca que o crescimento está em patamar superior ao observado na faixa de renda alta (6,3%). Na renda média, a elevação ficou em 7,94%.

“A análise de 12 meses contempla o período de junho de 2020 a maio de 2021. A inflação do segundo semestre do ano passado foi bastante impactada por alimentos, que têm grande peso no orçamento das famílias de renda

muito baixa. Os mais ricos tiveram um alívio com alguns preços, como os educação e serviços de recreação”, afirma Maria Andreia.

Após desacelerar em abril, a inflação voltou a registrar aumento em maio para todas as classes pesquisadas, segundo o Ipea. A alta nos preços foi maior para as famílias de renda muito baixa (0,92%).

Conforme Maria Andreia, o avanço da vacinação contra a Covid-19 pode estimular no segundo semestre a retomada de serviços que sofreram com restrições na pandemia. A demanda maior poderia gerar nova pressão nos preços, especialmente para as camadas com renda mais elevada.

Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA teve a maior alta para meses de maio em 25 anos (0,83%). LV

como combustíveis, energia elétrica, artigos de residência e medicamentos, que foram maiores nos últimos meses, gerando peso adicional para o bolso dessa camada.

“Tudo isso pesa para o grupo, e, ao mesmo tempo, não tem nada dando alívio. Para os mais ricos, por exemplo, houve deflação [queda de preços] de passagens aéreas. Já os mais pobres sentem a alta de alimentos, mas não estão comprando um computador ou outros equipamentos eletrônicos. É a classe média que compra esses produtos e paga mais caro”, explica a pesquisadora.

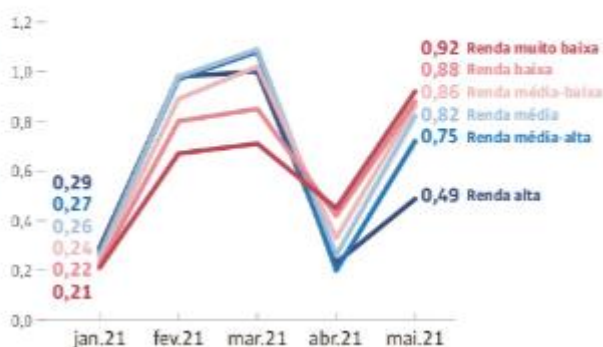
No ano, a segunda maior inflação, de 3,38%, foi registrada pelo grupo de renda média-baixa. O rendimento desse grupo fica entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41 por mês.

Na renda alta (acima de R\$ 16.509,66), o avanço dos itens mais consumidos ficou em 3,02% no acumulado até maio. Enquanto isso, os mais pobres, com renda considerada muito baixa (até R\$ 1.650,50), observaram crescimento de 3%.

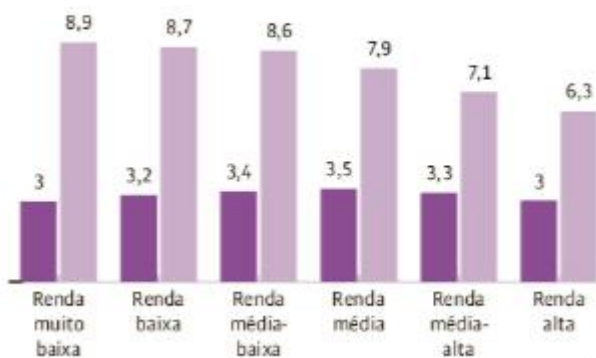
Maria Andreia destaca que os preços dos alimentos diminuíram o nível de alta nos últimos meses, se comparados

### Inflação por faixa de renda

Taxa mensal, em %



■ No acumulado do ano De janeiro a maio, em %  
 ■ Em 12 meses Até maio, em %



Fonte: Ipea

# Auxílio terá mais três parcelas, diz Guedes

Programa será prorrogado até outubro, com mesmo valor e público beneficiado; impacto será de R\$ 27 bilhões

Bernardo Caram

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou à Folha que o auxílio emergencial será prorrogado por três meses. Segundo ele, a decisão considera que a população adulta estará vacinada contra a Covid-19 até outubro. De acordo com o ministro, o presidente Jair Bolsonaro baterá o martelo sobre a medida após se informar com o Ministério da Saúde e receber a decisão do Ministério da Cidadania, que é responsável pela gestão do programa.

Na semana passada, a equipe econômica havia fechado uma proposta para prorrogar o auxílio a informais por dois meses. O custo estimado era de R\$ 18 bilhões.

Em seguida, Guedes afirmou em videoconferência na

terça-feira (8) que a assistência poderia ser renovada por mais dois ou três meses. Agora, ficou decidido que o prazo será de três meses.

A rodada atual do auxílio tem quatro parcelas, que começaram a ser pagas em abril e serão encerradas em julho. Com a renovação, os repasses seguirão até outubro.

Para efetivar a proposta, o governo deve editar uma medida provisória para estender o auxílio. A ideia é manter o público beneficiado e os valores das parcelas. Hoje o benefício varia de acordo com a composição familiar, com parcelas que vão de R\$ 150 a R\$ 375 por mês —o valor base é de R\$ 250.

Na rodada atual, cada parcela da assistência tem custo estimado de R\$ 9 bilhões. Portanto, a prorrogação deve

ter impacto de R\$ 27 bilhões às contas do governo federal.

De acordo com técnicos do Ministério da Economia, cerca de R\$ 7 bilhões devem sobrar da rodada atual. Desse modo, o novo ciclo de pagamentos deve exigir uma liberação adicional de R\$ 20 bilhões.

O valor é considerado baixo pela equipe econômica. Em 2020, o auxílio emergencial teve custo total de quase R\$ 300 bilhões. O valor das parcelas começou em R\$ 600 (foram cinco pagamentos nesse valor) e depois caiu para R\$ 300 (quatro desembolsos).

A liberação dos recursos será feita por meio de crédito extraordinário, mecanismo usado em situações consideradas urgentes e imprevisíveis. Essa despesa não é contabilizada no teto, regra que limita as despesas do governo.

## Oposição questiona falta de benefício para fila do Bolsa Família

BRASÍLIA O PSOL entrou com um pedido para que o TCU (Tribunal de Contas da União) abra uma investigação sobre a ausência de pagamento de auxílio emergencial a pessoas pobres e extremamente pobres que já estavam na fila de espera do Bolsa Família.

O partido também entrou com um requerimento na Câmara para que o ministro João Roma (Cidadania) seja convocado a explicar a situação de mais de 400 mil famílias que estavam aguardando para entrar no programa social criado na gestão petista, mas ficaram sem o auxílio emergencial em 2021.

A ausência de cobertura do auxílio emergencial a cadastrados na fila de espera do Bolsa Família foi revelada pela Folha nesta segunda-feira (14).

Portanto, há fortes indícios de que o governo federal está obstruindo, deliberadamente, o direito de milhões de brasileiros em situação de pobreza ou extrema-pobreza que fazem jus a, pelo menos, um dos benefícios, diz a representação do PSOL ao TCU.

A sigla pede ainda medidas cautelares para garantir a proteção à população vulnerável. O TCU ainda terá que analisar o documento para decidir se irá ou não abrir a apuração do caso.

No caso da convocação do ministro, o pedido precisa ser aprovado pelo plenário da Casa. Se aprovada, Roma é obrigado a comparecer.

A fila do programa se forma após a aprovação do cadastro das famílias, cuja a renda mensal não pode ultrapassar R\$ 89 por pessoa (situação de extrema pobreza) ou R\$ 178 por membro (situação de pobreza).

Sem a ampliação do programa, prometida desde o fim de 2019, quase 1,2 milhão de cadastros continuavam aguardando em março para receber a transferência de renda.

O Ministério da Cidadania afirmou que tem adotado medidas para alcançar a maior cobertura possível "de famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando uma renda mínima para essa parcela da população, ao mesmo tempo em que, com responsabilidade fiscal, respeita-se o limite orçamentário".

Thiago Resende

15/06/2021

## Estudo confirma eficácia de 90,4% de imunizante da Novavax

Ana Bottallo

**SÃO PAULO** A Novavax, empresa de biotecnologia norte-americana, anunciou nesta segunda (14) que sua vacina tem eficácia de 90,4% contra casos sintomáticos de Covid-19 e de 100% para casos graves.

Os dados são do seu estudo de fase 3 nos Estados Unidos e México, com 29.960 participantes. Foram identificados 77 casos de Covid, dos quais 63 ocorreram no grupo placebo e 14 entre indivíduos vacinados. Do total, 14 casos de moderados a grave, todos no grupo placebo, indicando proteção de 100% para o agravamento da doença.

Em relação às variantes do coronavírus que causam preocupação pelo estrago potencial para a saúde pública, o estudo encontrou eficácia de 93,2% de proteção contra as novas cepas do vírus hoje consideradas como variantes de interesse ou de preocupação (respectivamente VOIs ou VOCs, na sigla em inglês).

Não foram detalhadas quais as variantes encontradas durante o estudo, mas dados de sequenciamento nos dois países pela plataforma covariants.org indicam maior presença das variantes californiana (CAL.20C ou B.1.429/B.1.427) e britânica (B.1.17) no período do estudo.

Foi identificada também alta proteção (91%) da vacina para a população de maior risco para Covid, como pessoas com mais de 65 anos ou com comorbidades, ou ainda que vivem em locais de maior vulnerabilidade ao vírus.

A vacina, chamada de NVX-CoV2373, é formada a partir de fragmentos de proteínas do Sars-CoV-2, notadamente os que compõem a proteína S do Spike, espécie de gancho molecular usado pelo vírus para entrar nas células, que combinados a nanopartículas e injetadas no corpo humano. A utilização de nanopartículas que apresentam a proteína S do vírus ao corpo humano

estimula a produção de anticorpos e células de defesa. Como não há partes do vírus, só um pedaço chamado de antígeno, purificado, a replicação do material viral não ocorre.

Um composto adjuvante desenvolvido e patentado pela companhia, cuja finalidade é melhorar a indução de resposta imune apresentando a proteína para as células de defesa do organismo, completa a fórmula do fármaco.

A vacina já tinha alcançado bons níveis de segurança e imunogenicidade, que é a capacidade de induzir resposta imune, com bons índices de resposta celular, guiada por células T.

Resultados de fases 1 e 2 de pesquisa do imunizante, com 83 participantes nos Estados Unidos, foram publicados em dezembro na revista científica NEJM (New England Journal of Medicine).

A fase 3 se desenvolveu nos Estados Unidos, México, Reino Unido e África do Sul.

Em fevereiro, a empresa já havia anunciado uma eficácia de 96,4% de sua vacina no ensaio conduzido no Reino Unido. Esses mesmos resultados apontaram para uma boa capacidade da vacina em proteger contra a variante B.1.1.7 (ou Alpha, primeiro identificada no país britânico).

Em março, resultados do estudo fase 2 conduzido na África do Sul, com cerca de 4.400 participantes, foram publicados também no periódico NEJM. A vacina da Novavax é a única atualmente sendo testada também em indivíduos soropositivos para HIV, o vírus causador da Aids. No ensaio desenvolvido na África do Sul, 245 dos 4.400 participantes eram HIV positivo.

Mas a vacina apresentou índice de proteção abaixo de 50% nesse grupo. Uma das hipóteses que podem ter reduzido a taxa de eficácia é a presença de uma nova variante no país, a B.1.351, que estaria associada a um escape imunológico.

## GRÁFICOS

### VEÍCULOS

